

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional
Curso de Psicologia



Trabalho de Conclusão de Curso

Constituição narcísica, pobreza e negritude:

Um estudo de caso

Joice da Rocha Ribeiro

Pelotas, 2020

Joice da Rocha Ribeiro

Constituição narcísica, pobreza e negritude:

Um estudo de caso

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Camila Peixoto Farias

Pelotas, 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R484c Ribeiro, Joice da Rocha

Constituição narcísica a partir da pobreza e da negritude:
um estudo de caso / Joice da Rocha Ribeiro; Camila Peixoto
Farias, orientadora. — Pelotas, 2020.

88 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Psicologia) — Faculdade de Medicina, Universidade Federal de
Pelotas, 2020.

1. Psicologia. 2. Constituição narcísica. 3. Mensagens
enigmáticas. 4. Pobreza. 5. Negritude. I. Farias, Camila Peixoto,
orient. II. Título.

CDD : 150

Elaborada por Elionara Giovana Rech CRB: 10/1693

Joice da Rocha Ribeiro

Constituição narcísica, pobreza e negritude:
Um estudo de caso

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia pela Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa:
18/12/2020

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Camila Peixoto Farias (orientadora)
Universidade Federal de Pelotas

Prof.^a Dr.^a Miriam Cristiane Alves

Prof.^a Dr.^a Maria Luísa Pereira de Oliveira

Agradecimentos

Agradeço aos meus irmãos, Jéssica da Rocha Ribeiro e Junior da Rocha Ribeiro, por terem compartilhado comigo esse sonho que hoje torna-se nosso.

Agradeço ao meu pai Valderes José Ribeiro, por ter me ensinado a acreditar em condições de vida melhores.

Agradeço a minha mãe Marilei da Rocha, por ter me lembrado de continuar até o fim.

Agradeço as minhas colegas Rafaela Villar e Anne Stone, por terem acreditado até o fim na potência desse trabalho.

Agradeço a minha melhor amiga Ana Caroline Vieira, por ter me ajudado a superar os inúmeros obstáculos ao longo de toda minha trajetória.

Agradeço a minha orientadora Camila Peixoto Farias, por ter me inspirado tão cedo na minha trajetória acadêmica e por ter me despertado o desejo de seguir a psicanálise.

Agradeço a Prof. Miriam Cristiane Alves, por ter me ensinado a acreditar nas potencialidades dos sujeitos e coletivos e por despertar o desejo de atuar na Saúde Pública.

Agradeço a Maria Luísa Pereira de Oliveira e a Fernanda Canavêz, por terem realizado contribuições tão importantes na transformação desse trabalho.

Por fim, agradeço a mim mesma, pela persistência em tornar esse sonho de me tornar psicóloga real.

Resumo

RIBEIRO, Joice da Rocha. **Constituição narcísica a partir da pobreza**: Um estudo de caso. 2020. 88 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) – Curso de Psicologia, Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

O presente estudo consiste em um estudo de caso, a partir da perspectiva psicanalítica, de uma estudante ingressante por cotas, em relação a escola pública, renda familiar per capita inferior ou igual a um salário mínimo e meio, autodeclarada preta. O objetivo do presente estudo é compreender a constituição narcísica a partir da condição de pobreza e negritude, à luz da teoria laplancheana, através das mensagens enigmáticas, comprometidas tanto pelo inconsciente do adulto como pela lógica social. A pesquisa se deu a partir de um estudo de caso único e utilizou entrevistas como técnica para coleta de dados. Foram realizados cinco encontros, no período de julho a agosto deste ano. As construções apresentadas consistem em uma articulação entre pressupostos teóricos/conceituais da psicanálise e elementos da história de vida da participante. À Cecília, nome fictício da entrevistada, foram direcionadas mensagens impregnadas por uma lógica social e simbólica violenta com os pobres e as mulheres pretas, transmitidas através da relação com os cuidadores, a ex-madrinha e a socialização na escola. Contudo, evidencia-se um movimento de retradução/ressimbolização dessas mensagens transmitidas através do encontro com novos códigos fornecidos pela cultura. Essa retradução realizada a partir das mensagens iniciais põe em movimento um processo de reorganização narcísica e transformação do Eu. Busca-se demonstrar, através do conceito de auxiliares de tradução, esse movimento de reapropriação subjetiva.

Palavras-chave: constituição narcísica; mensagens enigmáticas; pobreza; negritude

Resumen

RIBEIRO, Joice da Rocha. **Constitución narcisista desde la pobreza y de la negritud**: un estudio de caso. 2020. 88 f. Tesis de Licenciatura – Facultad de Medicina, Psicología y Terapia Ocupacional, Universidad Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

El trabajo que acá se presenta, está basado en un estudio de caso, desde la perspectiva psicanalítica de una estudiante que adentra la universidad por cuotas sociales, en la categoría de estudiante de escuela pública y con promedio familiar *per cápita* abajo o igual que un sueldo mínimo y medio, autodeterminada como prieta, en el primer encuentro de la investigación. El trabajo versa desde un único estudio de caso y ha utilizado entrevistas como forma de coleccionar datos, teniendo ocurrido cinco encuentros, entre los meses de Julio a Agosto de 2020. El propósito del presente trabajo es comprender la constitución narcisista desde la condición de pobreza y de negritud, desde una perspectiva Laplancheana, analizando los mensajes enigmáticos, comprometidos sea por el inconsciente del adulto, sea por la lógica social. Las construcciones presentadas en este estudio, están hechas de una articulación de los presupuestos teóricos/conceptuales del Psicoanálisis y elementos de la historia de vida de la entrevistada. A Cecília, nombre ficcional de la entrevistada, fueron dirigidas mensajes cargados por una lógica social y simbólicamente violenta con los pobres y mujeres negras, transmitidas por la relación con cuidadores, ex-madrina y en la socialización escolar. Todavía, es perceptible un movimiento de retraducción/resimbolización de estos mensajes transmitidas por encuentro con nuevos códigos ofrecidos por la cultura. Esta retraducción realizada desde los mensajes iniciales, pone en movimiento un proceso de reorganización narcisista y transformación del Yo. La búsqueda del análisis fue mostrar desde el concepto de auxiliares de traducción, este movimiento de reapropiación subjetiva.

Palabras-clave: construcción narcisista; mensajes enigmáticos; pobreza; negritud

Sumário

1 Introdução	8
2 Referencial Teórico	12
2.1 A escravização no Brasil	12
2.2 A importância do outro na constituição psíquica	20
2.3 Estudos psicanalíticos sobre pobreza	27
3 Modernidade, Colonialidade e Psicanálise	31
3.1 Intersecção entre classe, raça e gênero	37
4 Justificativa	42
4.1 Objetivo geral	43
4.2 Objetivos específicos	43
5 Metodologia	44
5.1 Desenho do estudo	44
5.2 Cenário do estudo	44
5.3 Participantes da pesquisa	45
5.4 Instrumentos para coleta de dados	45
5.5 Procedimento	46
5.6 Análise de dados	46
6 Resultados	48
6.1 Um breve relato sobre a história de Cecília	48
6.2 Das mensagens enigmáticas à constituição do Eu	50
6.3 A constituição do eu e o Ideal de Ego	64
6.4 Constituição do Eu e as violências advindas da intersecção dos eixos	69
6.5 Dos auxiliares de tradução a transformação do Eu	73
7 Considerações Finais	84
Referências	86

1 Introdução

A palavra “pobre”, no Dicionário de Português (BASTOS, 2016), é definida como algo ou alguém que “tem poucas posses”, “pessoa pobre, que vive com dificuldades financeiras sérias”. Já a palavra “pobreza”, no mesmo dicionário, refere-se ao “Estado ou qualidade de pobre”, “Ausência do necessário para viver.” Observa-se que o dicionário destaca primeiramente a aquisição de bens materiais, por salientar que são sujeitos que possuem poucas posses. Por conseguinte, enfatiza a questão econômica, relacionada estritamente com a carência de renda e, por isso, a ausência do necessário para viver.

Ao encontro disso, os dados sobre a pobreza no Brasil limitam-se preponderantemente à análise da renda e do poder aquisitivo da população. O parâmetro internacional de mensuração de renda revela que, mundialmente, o Brasil está como oitavo colocado no ranking dos países com maiores índices de desigualdade. Estima-se que 46,9% da renda nacional concentra-se nas mãos dos 10% mais ricos do país, enquanto os 10% mais pobres ficam apenas com 0,7% da renda total. As populações negras constituem 70% dentre os mais pobres no Brasil (MOORE, 2010). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2001, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), demonstra que, quando se refere à renda familiar per capita, há diferença racial. O Brasil negro recebe cerca de 1,15 salários-mínimos, enquanto o Brasil branco recebe 2,64 salários-mínimos. Isso nos indica que a desigualdade econômica é atravessada pelo fator racial.

Ao pensar a complexidade de uma definição de pobreza, Santos (2009) salienta que a compreensão desta é antes de mais nada determinada pelos objetivos que a sociedade impõe para si própria. Isso nos conduz a entender o fato de as definições presentes no dicionário da Língua Portuguesa priorizarem a questão da renda e da posse, o que evidencia a perspectiva capitalista como a principal guia na definição de pobreza e nos estudos brasileiros. Nesse sentido, Santos (2009) salienta que não se é menos pobre porque consome mais, ou que se é mais pobre porque consome menos. Portanto, enfatiza que a definição de pobreza deve ir além do campo da renda, situando o humano na sociedade de forma complexa, por entender que ela não é somente uma categoria econômica, mas especialmente política.

Ao encontro da discussão de Santos (2009), a ideia de pobreza contemporânea trabalhada por Wanderley (2001) vem sendo entendida como um fenômeno multidimensional, resultado não somente da ausência de renda, mas também de outros fatores, como o acesso aos serviços públicos de saúde, educação e, principalmente, a ausência de poder e representatividade. Nessa perspectiva, Milton Santos (2009) aponta uma concepção dinâmica, na qual se considera um conjunto de fatores presentes na vida dos sujeitos. Para o autor, o termo pobreza não significa somente uma privação material, como lhe atribui significado o dicionário, mas, sobretudo, diz respeito a modos de vida.

Seguindo essa linha de pensamento, há diferentes modos de vida e distintos tipos de pobreza dentro de um mesmo país e região. Assim, não faz sentido procurar uma definição matemática ou estática do fenômeno, baseada apenas nas possibilidades de consumo (SANTOS, 2009). As discussões feitas por Jessé Souza (2009), em sua obra “A ralé Brasileira”, são indispensáveis para pensar que a produção e perpetuação da pobreza não estão articulados somente a nossa história longínqua, mas principalmente perpassados pela preponderância de uma visão economicista, que invisibiliza elementos fundamentais como a transmissão de valores imateriais que possibilitam ou não a incorporação e/ou criação da cultura. Essa invisibilidade, advinda da visão economicista do mundo, é um fator importante para perpetuação da desigualdade. O que está na base dessa visão é o recalçamento desses valores simbólicos que serão transmitidos. Tais valores simbólicos se diferenciam de acordo com os privilégios e não privilégios que o sujeito dispõe.

O que está na base dos privilégios de alguns e não privilégios de muitos, é a classe à qual pertencem. Ao abordar a questão do pertencimento, Jessé Souza (2009) enfatiza que a identificação afetiva é um fator primordial que atuará como uma condição social para a apropriação da cultura e do capital mais tarde. O autor sugere que há uma cultura distinta entre as classes e que negar isso é não olhar com profundidade para a desigualdade. Como exemplo, uma criança de classe média crescerá vendo seus pais lerem um livro, um jornal, seu irmão mexendo no computador. Em contraste, as crianças da classe baixa crescem sem essas condições afetivas/identificatórias. Esse parece ser um fator importante a ser compreendido no contexto singular de cada sujeito.

Além disso, as transformações no âmbito do trabalho e da produção nos auxiliam a pensar em uma transformação da pobreza no âmbito nacional, advinda do

processo de modernização no Brasil (SANTOS, 2000). É justamente esse processo de modernização que, para Souza (2009), põe milhares de pessoas em uma situação desfavorável, devido à exigência da técnica, da qualificação para o trabalho. Os não privilegiados, portanto, ficam à mercê de subempregos que são desvalorizados e desqualificados, como por exemplo, os de empregadas domésticas ou pedreiros. Assim, a modernização no Brasil produz o crescimento e a perpetuação de uma parcela da população privilegiada de um lado e, do outro, a produção, em maior escala, de toda uma parcela desfavorecida (SOUZA, 2009). Essa última, muitas vezes, encontra-se sem acessos/recursos para apropriação da cultura, que levaria a apropriação do capital. Mas com frequência se afirma que a apropriação e o acesso à cultura não são para todos. É possível pensarmos em outras formas de criação/apropriação da cultura?

A proliferação da informação e da propaganda, em relação a exposição de bens materiais, e o aumento da circulação urbana, apesar de aumentar a sensação de escassez (SANTOS, 2000) não diz respeito a uma total privação, no âmbito econômico, dos vínculos afetivos, dos valores morais e em termos de acesso a serviços de saúde e educação. Tendo isso em vista, apesar de a pobreza implicar em um acúmulo de carências e precariedades (WANDERLEY, 2001), é somente articulada ao contexto, ou seja, a um modo de vida singular (SANTOS, 2009) que poderíamos construir possibilidades de compreendê-la de forma mais apurada e complexa.

Tendo em vista os pressupostos apresentados por Santos (2009) sobre a importância de se atentar para a singularidade do contexto e não restringir a pobreza ao nível de renda, é importante pensarmos que é justamente esse contexto que fornece ao sujeito base para sua constituição subjetiva. Tais colocações de Santos (2009) convergem com a discussão de Souza (2009), quando este problematiza a visão predominantemente economicista na perpetuação da desigualdade. Levantando essa problemática, Souza (2009) aponta para a importância de valores simbólicos que poderão refletir em uma precondição social, principalmente pela identificação afetiva com o outro. Assim, para o autor, é somente dando visibilidade a esses fatores, não materiais, que se torna possível compreender mais profundamente a desigualdade.

Tais colocações nos impelem a pensar especialmente o fator emocional no contexto de sujeitos com baixo nível de renda. Sabemos que o fator emocional é marcado pelos afetos, e estes, por sua vez, são transmitidos e expressados através

do cuidado. Para Laplanche (1988), o outro é figura importante desde o início da vida. É através de seus cuidados que são transmitidas mensagens enigmáticas, que impulsionam a criança à atividade simbólica e a fazem ingressar no circuito pulsional. O outro está inserido em um contexto histórico e social; portanto, as mensagens que inicialmente são implantadas não estão isentas dessas dimensões. É justamente o outro que nos fornece base para a constituição psíquica. Nessa linha de pensamento, surge a questão: A relação com o outro, em um contexto de pobreza, apresenta especificidades? Se sim, quais seriam?

Tendo em vista os aspectos apresentados, compreende-se que a pobreza, quando pensada social e historicamente, bem como articulada com os elementos da vida cotidiana dos sujeitos, que ultrapassam suas possibilidades de consumo, torna-se um fenômeno dinâmico e interacional. É somente através de uma leitura contextualizada e atenta a aspectos singulares que se torna possível pensar em desdobramentos sociais e psíquicos na vida dos sujeitos, sendo o baixo nível de renda apenas um dos aspectos que atravessa seu cotidiano.

Nessa perspectiva, o presente não pode ser compreendido sem uma articulação com o passado e é somente através de uma reconstrução de sua origem, que poderemos compreender a realidade (SOUZA, 2017). Tendo isso em vista, o presente trabalho se inicia fazendo um resgate histórico com o intuito de compreendermos as origens da realidade da desigualdade social brasileira.

2 Referencial Teórico

2.1 A escravização no Brasil

É sabido que o Brasil é um país de extrema desigualdade social, principalmente no que diz respeito a desigualdade econômica, o que tem um recorte inegavelmente racial. Contudo, não podemos tomar essas desigualdades como dadas, isto é, naturais, quando são produzidas e mantidas devido uma configuração histórica e social. Assim, considera-se imprescindível começar por um resgate na história que nos forneça a base para compreender a desigualdade econômica em nosso país.

Nessa perspectiva, compreender a construção do Brasil e sua consolidação enquanto uma nação implica em resgatarmos a trajetória dos negros pelo país. Seria simples demais pensar que o tráfico da população negra começou no Brasil, ou ainda que os capturavam sem uma explicação. A população africana já vinha sendo escravizada muito tempo antes do início do tráfico para o Brasil. Cabe entender os motivos que levaram ao início de um marco que se configurou, principalmente, como um processo político de desumanização. Seguindo essa linha de pensamento, Moore (2010) resgata fatores importantes que nos auxiliam a entender o início do tráfico negreiro que se perpetuou ao longo de vários séculos.

Albuquerque (2006) nos auxilia a compreender o início do tráfico negreiro no mundo e no Brasil, destacando que o continente africano começou a estabelecer uma relação comercial com o exterior, para garantir a manutenção de seu comércio interno. Dessa forma, os europeus passaram a comprar africanos para vender seus produtos, que serviam na manutenção do comércio interno da África. Assim, a venda de africanos passou a significar a prosperidade e expansão dos reinos. Isso se configurou, segundo Moore (2010), porque a Indústria Africana não competia com a produção de algodão e tecido fornecidas pela Índia e Ásia, por exemplo. Dessa forma, os europeus não tinham interesse no que a África vinha produzindo.

O que estava em jogo era uma colaboração política entre comerciantes e governantes africanos com o exterior, que obtinham lucros com os tráficos negreiros (MOORE, 2018). Nessa linha de pensamento, não se pode compreender o crescimento do tráfico de escravos sem levar em consideração o arranjo de interesses entre europeus e uma parcela privilegiada da população africana (ALBUQUERQUE, 2006). Em meados do século XVI, a elite africana, representada pelo Rei

principalmente, perdeu o controle sobre a relação comercial para outros administradores que faziam parte da elite, o que levou ao endividamento e falência dos reinos. Assim, ocorreu a intensificação do tráfico negreiro como forma de pagamento de tais dívidas. Havia toda uma mentalidade de troca desigual (MOORE, 2010).

Esse fato coincidiu com o século de maior intensificação do tráfico para o Brasil, no século XVI, quando uma grande escala de negros chegou ao país, a maior parte destinados a canaviais e engenhos de açúcar. Até então, o trabalho bruto na montagem dos engenhos era predominantemente indígena. Nativos do território foram submetidos a uma lógica de trabalho estranha a sua cultura. O mesmo ocorreu mais tarde com os negros, que vinham transportados para o Brasil, inicialmente como resposta às epidemias que os indígenas sofriam e suas mortes alarmantes, como reposição da insuficiente mão de obra indígena nos engenhos açucareiros (MARQUESE, 2006).

O tráfico negreiro era marcado por condições desumanas. Os negros eram amarrados uns aos outros por correntes de ferro até chegarem no navio. Quando entravam eram colocados em porões muito pequenos, ficando, então, amontoados. A alimentação era ínfima e as condições insalubres, como a falta de ventilação, os maus tratos e a exposição do corpo àquela situação degradante, o que levou à proliferação de doenças. Foram incontáveis mortes. O transporte durava cerca de quarenta e três dias até os portos (LIMA, 2010).

Após a longa e degradante viagem, quando sobreviviam, os escravizados chegavam aos portos brasileiros e eram queimados a ferro, marcados com as iniciais de seus proprietários. Alguns eram encaminhados a feiras e leilões, pois os traficantes sempre traziam uma quantidade maior para vender nesses locais. Pouco importava a distribuição dos sujeitos membros da mesma família, eles eram separados e distribuídos, mas antes solicitava-se que eles tomassem banho, pois a boa aparência física era importante, uma vez que era sinônimo de vitalidade e força e aumentava seus preços (LIMA, 2010).

Fazia parte dessa avaliação dos compradores brancos apalpar o corpo, solicitar pulos e danças, levantar os lábios dos negros para verificar seus dentes, apertar a barriga e examinar o suor – inclusive lambendo-o, para testar se era verdadeiro – pois simbolizava um bom estado de saúde. No que tange às mulheres negras, apertavam-lhes os seios e as nádegas; eram escolhidas aquelas que tinham essas partes do

corpo maiores, pois os senhores brancos entendiam que tinham boa condição de saúde e poderiam lhe produzir mais escravizados ou servir como amas de leite (MACEDO, 1974 apud LIMA, 2010).

Após avaliação, os negros que não eram comprados, devido à degradação corporal durante a navegação, eram levados a cidades do interior e vendidos a tropeiros por preços mais baixos, configurando um tráfico interno. Nessa lógica comercial, eles pertenciam aos senhores brancos, como objetos e mercadorias a serem trocadas, parceladas, alugadas e vendidas. Isso porque poder escravizar um sujeito era sinônimo de patrimônio, sendo considerado uma desonra alguém nobre trabalhar (LIMA, 2010). Nesse sentido, Damásio (2015) salienta que escravizar era visto como um negócio, pois ganhavam os traficantes, a elite africana, os europeus e os reis com os impostos.

Para Marquese (2006), a chegada da população negra significou um impulso definitivo na indústria de açúcar e na produção brasileira. Desde então, ultrapassou outras regiões abastecedoras do mercado europeu. Mas, além da jornada incessante nas plantações de açúcar, havia as ferramentas de tortura, como a máscara, conforme ilustra Kilomba (2019). Tal instrumento era colocado no interior da boca dos negros, instalado entre a língua e o maxilar e preso atrás da cabeça. Eram utilizadas pelos brancos para evitar que os escravizados comessem cana de açúcar e cacau nas plantações. Contudo, a principal função era causar medo e silenciamento. Como forma de ilustrar ao leitor a magnitude da tortura, Kilomba (2019) traz o retrato de Anastácia utilizando a máscara e um colar de ferro extremamente pesado. Os motivos para tal castigo variam, muitos dizem que ela ajudava negros a fugirem, outros que ela resistia às investidas sexuais dos senhores brancos, enquanto alguns dizem que as senhoras brancas sentiam ciúmes da mulher negra, devido a sua beleza. Anastácia faleceu em decorrência de tétano, contraído pelo pesado colar de ferro em volta de seu pescoço (KILOMBA, 2019).

Anastácia não foi a única escravizada submetida a essa violência degradante, mas passou a ser símbolo de resistência entre os escravizados e a população africana após o período escravista. Damásio (2015) retrata que muitos escravizados se organizavam em grupos de fugitivos, rumo a áreas que ficavam estrategicamente em lugares longínquos e de difícil acesso, como morros, pântanos e serras – quanto mais custoso o acesso, mais difícil suas buscas. Eram denominados Quilombos, locais despovoados com mais de cinco negros, os quais os europeus investiram em destruir,

pelo receio do fim do sistema escravista colonial. Estes locais abrigavam também outras etnias, como indígenas e brancos pobres. Um dos quilombos que entrou para a história pela longevidade de sua luta e existência foi o Quilombo dos Palmares.

Local de muita vegetação, que dificultava o acesso de senhores brancos e suas expedições, os quilombos, além de conter a riqueza de árvores frutíferas, utilizavam da sua experiência na mão de obra agrícola, através de plantações de cana-de-açúcar, feijão e mandioca para sobrevivência. Calcula-se que 11 mil pessoas viviam no quilombo dos Palmares em meados do século XVII. Foram 65 anos de lutas, guerras e resistência (ALBUQUERQUE, 2006).

Um dos primeiros líderes dos Palmares, foi Ganga Zumba. O primeiro ataque feito por Carrilho aprisionou dos filhos do líder quilombola e milhares de negros que ali viviam, mas os Palmares não foram derrotados. Seguiram-se mais ataques, como a expedição de Gonçalo Moreira, na qual zumba foi morto e Zumbi assumiu a liderança da comunidade. No dia 20 de novembro de 1695, Zumbi foi assassinado e seu corpo decapitado, sua cabeça foi espetada em um poste na praça principal de Recife, como forma de amedrontar outros escravizados que lutavam (ALBUQUERQUE, 2006).

A destruição do quilombo dos Palmares foi comemorada com missas e festas pelos senhores brancos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Isso desdobrou-se em políticas mais rígidas dirigidas aos escravos e a reorganização do combate a fugas, contando com o exército colonial (ALBUQUERQUE, 2006). Para Damásio (2015), os quilombos são símbolos das primeiras experiências de luta popular no Brasil contra a opressão e exploração do sistema colonial, através de novas formas de viver em sociedade e de economia.

Entretanto, não foi exclusivamente pela formação de quilombos que a população negra manifestou sua revolta. Nesse sentido, Albuquerque (2006) destaca outras formas de movimentos de luta da população negra, que em seus cotidianos encontravam formas menores de resistir entrelaçadas à rotina de trabalho. Algumas referiam-se à sabotagem na produção que afetaria os senhores, fingir doença para diminuir a incessante carga horária de trabalho, envenenar alguém da casa grande, entre outras formas que os negros encontravam de resistirem à opressão e violência, além do próprio envenenamento e a ingestão de terra, cometendo suicídio (DAMÁSIO, 2015).

O desfecho da escravização no país também teve como principal característica uma dinâmica econômica em prol das transformações exigidas pelo desenvolvimento de máquinas. Para Damásio (2015), isso se deu pelo início da Revolução Industrial, que ocasionou uma nova mentalidade sobre o trabalho e a produção, acarretando uma mudança paradigmática. A partir desse momento, trabalhar passa a ser visto como condição para obter o sucesso. O trabalho não é mais visto como algo ruim, mas sim uma condição para poder consumir e alcançar o sucesso econômico e social, visto como meio de enaltecimento do humano. Dessa forma, a produção escravista passa a ser vista como algo ultrapassado, que não acompanha a lógica e ritmo da revolução industrial, no Brasil e no mundo (DAMÁSIO, 2015).

Experiências abolicionistas iniciam-se na Inglaterra, país pioneiro na industrialização, no século XVIII, e que logo transformou-se na maior potência industrial do mundo. Entretanto, tal movimento de abolição não se fundamentou em motivos humanitários, e sim econômicos. Como o Brasil tinha a maior parte de sua população escravizada, os ingleses juntaram-se aos liberais para pressionar a abolição no país, visto que transformaria a maior parte da população em trabalhadores assalariados, e por conseguinte, obteriam maior lucro com o aumento do consumo de produtos industrializados ingleses exportados para o Brasil. (DAMÁSIO, 2015).

Nesse momento, o discurso liberal permeia o âmbito político, concomitantemente à pressão da Inglaterra sobre a elite brasileira para que a maior parcela de sua população passe a ser assalariada e consumir seus produtos. Contudo, mesmo com o surgimento do movimento pró-abolição, incentivado pelos ingleses, a elite brasileira resiste e não incorpora a abolição de imediato. O sistema escravista era o alicerce da política e economia do império (DAMÁSIO, 2015). Paralelamente, na Bahia ocorreram revoltas lideradas por negros que sabiam ler e escrever e lutavam pelo acesso à educação, pois tinham pouca chance de crescimento econômico e ascensão social.

Tais movimentos sociais de luta foram fortemente combatidos pelo exército português, pois muitos negros foram presos e outros condenados à morte. Após os combates às revoltas na Bahia por forças militares, a elite brasileira lança mão de leis amenizadoras com o intuito de cessar os movimentos sociais negros contra as injustiças, visando garantir o apoio econômico da Inglaterra, que vinha incentivando, em conjunto com os liberais, o fim da escravização no Brasil. O movimento abolicionista, então, começou a ser incorporado pela Igreja Católica, que, até então,

vinha sendo conivente com a escravização. Aliaram-se à Igreja militares que reivindicavam o fim do cargo como capitães do mato. Diante desse cenário, a elite brasileira passa a incorporar o movimento. (DAMÁSIO, 2015).

Com o avanço industrial e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, ocorrido no final do século XIX e início do século XX nas primeiras décadas pós-abolição, Chaves (2012) salienta que um movimento intelectual denominado “racismo científico”, baseado em teorias formuladas na Europa, passa a ser incorporado por intelectuais no Brasil. Albuquerque (2006) aponta que tiveram grande aceitação no país entre 1870 a 1930 e tinham como base uma série de explicações biológicas que associavam os fenótipos às capacidades intelectuais, sendo os traços europeus símbolo de inteligência mais adiantada.

Não foi por acaso que tais teorias se tornaram mais visíveis nesse ponto histórico, no final da escravização e no início da república, logo após a abolição. O fim da escravidão não trouxe igualdade. Pelo contrário, a elite era muito empenhada em marcar a superioridade da raça branca, respaldada, nesse momento, pela ciência. Assim, o principal ponto dessas teorias era pensar a consequência da mistura entre as raças como uma aberração, pois dava origem a um “sujeito impuro”. Em um Instituto de Medicina da Bahia chegou-se a relacionar o alcoolismo, epilepsia e doenças mentais à mistura entre raças, ou seja, à miscigenação (ALBUQUERQUE, 2006).

Foi com base nessa ideologia, justificada pelas teorias científicas racistas da época, que a elite brasileira lançou mão de uma política de financiamento imigratório de alemães e italianos para ocupar as vagas de trabalho que abriam no Brasil. Conforme explicavam as teorias raciais da época, a raça branca simbolizava maior inteligência, e as demais eram consideradas menos dotadas dessa capacidade. Para Albuquerque (2006), a principal ideia da política era tornar o país predominantemente branco, cabendo aos imigrantes de origem europeia esse processo de civilização e branqueamento. Isso nos indica que o movimento abolicionista no Brasil teve um interesse predominantemente econômico: manter a parceria com a Inglaterra, através de leis que procrastinam a abolição e amenizam os movimentos sociais de luta da população negra. É nesse cenário, simultaneamente ao crescimento industrial e transformações na lógica e no modo de se conceber o trabalho, que a princesa Isabel assina a Lei Áurea sem se preocupar com o destino de milhares de negros (DAMÁSIO, 2015).

Isso porque a Lei Áurea não concedeu ascensão social aos negros ou, ao menos, alguma garantia de condições dignas de vida. Ao contrário, a grande maioria, mesmo “livre”, não tinha nenhuma perspectiva de trabalho, devido a política de embranquecimento mencionada. A política de financiamento imigratório forneceu condições para que europeus viessem trabalhar no Brasil: a eles foram concedidas terras e garantidas vagas de emprego para permanecerem no país. Em contraste, aos negros, agora sem qualificação para a exigência da mão de obra industrial, sobraram alguns cargos desqualificados que pagavam salários ínfimos (DAMÁSIO, 2015). Colocações destacadas por Albuquerque (2006) nos auxiliam a entender a finalidade e magnitude de tal política:

Havia até quem calcula se que em cem anos, no máximo, seriam suficientes para que o sangue, a pele e os costumes dos brasileiros branquearem. Em 1911, durante o Congresso Internacional das Raças realizado em Londres, o representante brasileiro, Batista Lacerda, garantiu que no início do século XXI já não haveria negros no país e que o número de mulatos seria insignificante. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 208).

Cabe lembrar que a política de embranquecimento que a elite lança mão visava justamente a extinção dos negros no Brasil, país que, devido aos séculos de escravização, acabou configurando-se, em termos demográficos, predominantemente negro e mulato. Esses últimos eram vistos como aberrações, segundo as teorias supostamente científicas da época baseadas nas diferenças intelectuais entre as raças. Dessa forma, não é à toa que aos negros foi negado, por anos, o acesso à educação, a terra, ao trabalho, à cidadania, conforme aponta Damásio (2015).

Baseadas nessas ideologias raciais, com respaldo científico da época, temos base para compreender o cenário de desamparo no qual a população negra se encontrava. A ela foram vedadas condições de cidadania, pois sua mão de obra não era mais útil, devido a lógica agora industrial e, portanto, não eram bem-vindos no país. Isso reverberou, conseqüentemente, nas condições de miséria e pobreza em que ficaram, o que os levou a povoar os locais mais desabitados, como vales de rios e encostas de morros, portanto, longe dos centros urbanos, que vinham ampliando-se cada vez mais (DAMÁSIO, 2015).

Um desses locais de habitação foram os cortiços. Os cortiços localizavam-se principalmente no Rio de Janeiro e em Fortaleza, eram conhecidos como os lugares onde se concentravam as pessoas em situação de extrema pobreza,

preponderantemente negras. Antigamente tais cortiços eram casas nobres que, com o passar do tempo, vieram a entrar em ruína. Costa (2016) faz uma analogia entre as senzalas, locais destinados aos negros na casa dos senhores brancos, e os cortiços, pois ambos tinham as mesmas condições insalubres: pouco espaço para abrigar muitas famílias e, no caso dos cortiços, muitos não tinham os recursos mínimos para higiene básica, como água encanada e esgoto.

Concomitantemente, o Brasil sofria uma série de epidemias como a varíola e a febre amarela. Apesar das doenças terem aparecido entre 1850 e 1904, ou seja, antes da formação dos cortiços, os médicos higienistas afirmavam que tais doenças eram transmitidas principalmente pela população negra e pobre, devido às condições insalubres desses locais localizados no centro da cidade. As doenças acometiam, em sua maioria, sujeitos brancos. Portanto, a elite brasileira preocupou-se com a possibilidade de seu projeto político de embranquecimento ir por água abaixo, pois, devido ao grande número de vítimas, reforçaram a ideia de que o Brasil era um país insalubre (ALBUQUERQUE, 2006).

Nessa lógica, segundo Albuquerque (2006), as teorias raciais também ganharam expressão no campo das políticas sanitárias, sendo usadas para justificar a destruição dos cortiços, devido a sua ameaça à saúde pública e a política que previa o branqueamento das peles. Destaca a autora:

Em janeiro de 1893, na cidade do Rio de Janeiro, o cortiço conhecido por Cabeça de Porco foi destruído, os jornalistas elogiaram a ação do prefeito Barata Ribeiro. Jornalistas, médicos, políticos e a polícia enxergaram naquela demolição um investimento na saúde e na segurança pública, e ficaram indiferentes à sorte dos moradores negros e pobres. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 214).

A mesma autora ressalta que a política de demolições dos cortiços facilitava também a expansão do processo de urbanização, dando lugar a grandes avenidas, entre elas, a Rio Branco, no Rio de Janeiro. Dessa forma, com a destruição dos cortiços, onde a classe dominante acreditava que estava a classe perigosa, muitos ex-escravos e descendentes de negros foram parar nas margens, em morros no Rio de Janeiro e em outras regiões do Brasil, formando as periferias.

Ao encontro disso, Costa (2012) aponta que tais políticas sanitárias simbolizaram a segregação socioespacial, presentes geograficamente até os dias de hoje, em uma divisão espacial entre classes e raça. Nesse momento histórico, é nas

margens de rios e lagos que estão os sujeitos negros em situação de miséria e pobreza, formando as favelas, cujo suporte social é quase inexistente.

Diante do exposto, observa-se que o processo de modernização no Brasil inicia-se por meio de políticas urbanísticas cuja principal finalidade era transformar a visão que outros países tinham do Brasil, com o intuito de maior atração e participação no contexto internacional capitalista. Uma dessas transformações era justamente a passagem de um país predominantemente rural para um industrial. Entretanto, as políticas que alcançaram esse objetivo acarretaram a segregação socioespacial entre classes. Assim, o Brasil findou uma nova imagem, pautada por avenidas e pelo processo de modernização às custas da miséria e pobreza da maior parte de sua população.

É possível refletirmos sobre séculos de escravização dos negros no Brasil, fenômeno esse que não se iniciou nas Américas, mas muito tempo antes no Oriente como na Ásia e na Índia. Falamos de mais de trezentos anos de um processo político que beneficiava uma parcela europeia da população, que não correspondia, nem época, nem atualmente, a maior parte da população no Brasil. A Igreja Católica, teve um papel fundamental na aprovação e manutenção da escravização, e a figura do negro como inferior, atrelada a uma condição irracional e animal, servia como subsídio de justificativa para uma política de dinâmica aparentemente econômica. Após a abolição, conforme vimos, as injustiças sociorraciais foram mantidas com o respaldo da ciência, pautado nas supostas diferenças intelectuais entre as raças.

Estamos diante de um herança sócio-histórica que segue se reproduzindo até hoje e que tem como um de seus alicerces as marcas subjetivas que são transmitidas de geração para geração como procuraremos mostrar a seguir.

2.2 A importância do outro na constituição psíquica

Desde o início da vida somos investidos física e emocionalmente por um outro que cumpre uma função fundamental na constituição da nossa subjetividade. É através do cuidado do outro, carregado de mensagens enigmáticas, que se dá a possibilidade do nosso ingresso na vida pulsional e simbólica. Gradualmente, esse investimento físico e afetivo impele à tradução de mensagens, inicialmente traduzidas

pelo outro. Essas mensagens estão marcadas por elementos histórico-sociais da família, da classe e da origem étnica a qual o sujeito pertence. Isso significa que a constituição psíquica é atravessada por todas essas dimensões, através da transmissão de mensagens. Essas mensagens transcendem a linguagem verbal e englobam gestos, mímicas, olhares e formas de investimento (LAPLANCHE, 1988). Além disso, não estão isentas de comportar os regimes de poder que imperam em nossa sociedade, como o racismo, o classismo, o sexismo e o capitalismo.

Seguindo essa linha de pensamento, Nogueira (1988) sugere que as repercussões psíquicas do racismo não se restringem à interiorização de eventos discriminatórios, mas estão inscritas no psiquismo desde a mais tenra infância. Para a autora, existem marcas singulares e inconscientes que são transmitidas para a criança negra (NOGUEIRA, 1988) que ultrapassam a capacidade de tradução da criança, por estarem comprometidas com o inconsciente do adulto (LAPLANCHE, 2015), atravessamento que lhe confere caráter enigmático. Tais mensagens de caráter enigmático não estão na ordem somente da linguagem, mas de todos os aspectos não verbais que os cuidados iniciais comportam, como o olhar, gestos, mímicas e formas de investimento, conforme já mencionado.

A psicanalista Nogueira (1988) nos fornece pistas importantes para pensarmos a presença da lógica social racista no que tange aos cuidados iniciais da criança negra. Esse outro, no cuidado com a criança negra, pode estar impregnado da negação de sua própria negritude ou, ainda, desejar ter uma criança branca. Nesse sentido, sugerimos uma ampliação dessa colocação, ao propor que as mensagens enigmáticas transmitidas marcadas pela lógica racista, estão presentes nos cuidados iniciais de crianças brancas e negras. Por trás dessa transmissão, está toda uma lógica e herança sócio histórica, marcada pelo racismo e pela negação/destruição da identidade/humanidade dos sujeitos negros, como procuramos mostrar.

Tal herança sócio histórica atua nas mensagens transmitidas tanto pelos cuidados e formas de investimento dirigidos à criança quanto através do código simbólico tradutivo que o adulto fornece a ela. Em alusão a lógica social que perpassa os cuidados iniciais dirigidos à criança negra, cabe dar voz a psicanalista Izildinha Nogueira:

Para a psicanálise, o sujeito é inevitavelmente social e é no espaço da intersubjetividade que ele se constitui. Às relações parentais, longe de se inscreverem aquém do social na sua amplitude, são relações em que o social

como um todo está presente; através do discurso e das atitudes dos pais, a criança se vê confrontada com a ordem social como um todo, que está presente na linguagem que constitui a dimensão simbólica, onde os sentidos sociais estão cristalizados (NOGUEIRA, 1988, p. 19).

Nessa passagem, a autora põe em relevo a relação estreita entre sujeito e sociedade e destaca o atravessamento direto da dimensão social na constituição psíquica do sujeito. A dimensão social é veiculada na relação com o outro, por meio da transmissão de mensagens e códigos que o adulto transmite à criança. É através das mensagens e códigos que a criança se vê confrontada com a ordem social como um todo e com sentidos naturalizados (NOGUEIRA, 1988). O que queremos pontuar, devido à importância para nosso trabalho, é que às mensagens transmitidas no início da vida e os códigos que o adulto fornecerá estão impregnados pelos sistemas de poder que estruturam nossa sociedade e servem de alicerce para a própria constituição narcísica/identitária.

Como exemplo, podemos pensar no fetiche da brancura como uma das lógicas sociais que atravessam as mensagens transmitidas a crianças brancas e negras. O fetiche da brancura reside em atributos e qualidades direcionados aos sujeitos brancos que desconsideram os eventos históricos e sociais que foram/são protagonistas. Nesse sentido, não importa o que a branquitude tenha criado em nível mundial, que tenha sido a precursora da desumanização dos povos, o mito da brancura transcende ao branco. Ela refere-se a tudo que é bom, sofisticado, belo e culto, do ponto de vista intelectual e estético (SOUZA, 1983). Essa lógica de idealização/fetiche dos sujeitos brancos está intimamente ligada à depreciação de sujeitos negros, uma vez que o que mantém os brancos na construção social desse lugar ideal é a constante inferiorização à qual os sujeitos negros são submetidos.

Na base da inferiorização e depreciação direcionada aos sujeitos negros, estão atributos e qualidades que lhe conferem teor negativo, desqualificatório. No que concerne a sua existência, o corpo negro é visto como hipersexualizado (SOUZA, 1983) e sua identidade racial, por não ser considerada a ideal/norma, é marcada pelo apagamento, negação. Nessa perspectiva, sugerimos que as mensagens transmitidas pelo adulto, através de olhares, gestos, mímicas e formas de investimento físico-emocional (LAPLANCHE, 1988) estão comprometidas, em maior ou menor grau, pelo fetiche da brancura e pelo mito dos sujeitos negros. Tal fetiche e mito, enquanto construções sociais que atravessam o cuidado inicial de todos enquanto humanos,

irão alicerçar a própria constituição do narcisismo. Nesse sentido, também comprometem e alicerçam as formas de investimento em si e a relação com o outro.

Isso vai ao encontro do pensamento de Nogueira (1988) o qual sugere que as marcas psíquicas do racismo ultrapassam uma simples interiorização das discriminações sofridas, mas se fazem presentes desde a mais tenra infância. Ela nos indica a importância de pensar o que está em jogo nesse momento de cuidado inicial, em particular da criança negra, que alicerça sua constituição narcísica/identitária. Entretanto, pensando no aprofundamento dessa indicação de Nogueira (1988) sobre a importância de buscarmos compreender os aspectos singulares da constituição psíquica dos negros, propomos que é fundamental pensar como os preconceitos e estereótipos, advindos dos regimes de poder, se reproduzem nos cuidados iniciais de brancos e negros, através da transmissão de mensagens enigmáticas e de um código tradutivo comprometido com o inconsciente do adulto e com seu contexto sociocultural.

Conforme já mencionado, os cuidados iniciais pelo adulto são uma dimensão universal, da qual nenhum humano pode escapar – cabe ressaltar que cada contexto sócio histórico cultural e cada adulto que realiza o cuidado trará suas especificidades, o que evidencia que o campo do cuidado é um campo plural (LAPLANCHE, 1988). Nesse sentido, podemos pensar a constituição de brancos e negros alicerçados na transmissão de mensagens contaminadas pela lógica social alicerçada nos regimes de poder. Essa transmissão de mensagens assume caráter subjetivante, porque é veiculada por um outro próximo (LAPLANCHE, 2015). É sobre esse aspecto que iremos nos debruçar a seguir, devido a pertinência para nosso trabalho. Nesse sentido, buscaremos compreender de que forma a transmissão de mensagens pelo outro estruturam a constituição psíquica e narcísica/identitária.

Apesar dos escritos freudianos terem indicado a presença do outro e a possibilidade de enriquecimento do Eu por meio do investimento no objeto/outro (FREUD, 1914), a presença do biologismo não permite a Freud delimitar sua importância constitutiva. Isso é possível compreender de forma mais apurada na obra de Laplanche (2015), ao destacar o caráter restrito da teoria da sedução proposta por ele, principalmente por situá-la e limitar ao campo da psicopatologia. A teoria da sedução proposta por Freud, refere-se a esse momento inicial da vida, mas restringe-se aos aspectos psicopatológicos da relação adulto/criança. Nessa perspectiva, ao discutir a teoria da sedução de forma aprofundada, Laplanche (1988) a denomina de

situação antropológica fundamental, por tratar-se de uma situação da qual nenhum ser humano pode escapar.

Nessa crítica à noção restrita da teoria da sedução, Laplanche (1988) propõe sua ampliação. Para o autor, é preciso insistir e destacar que a sedução originária (LAPLANCHE, 1988) não é uma relação patológica, mesmo que ela possa conduzir, de forma episódica. Trata-se da relação adulto/criança, em que a comunicação assume um caráter de assimetria, devido ao atravessamento do inconsciente do adulto. Nessa relação inicial, mensagens são transmitidas, e é esse caráter assimétrico que irá impelir a criança à tradução. Sobre esse último aspecto, para Laplanche (2015) é fundamental poder debater a noção de tradução de forma aprofundada. Cabe lembrar, que o ego deve traduzir, de acordo com suas possibilidades de recursos tradutivos/simbólicos (intimamente articulados ao contexto em que a pessoa está inserida).

Ainda sobre a exigência e interpelação de tradução, pelas mensagens que o adulto transmite, ele também fornece os códigos para tradução das mesmas, conforme já mencionado. Dessa forma, a criança vai construindo recursos tradutivos próprios, o que gradualmente lhe permite traduzir de forma autônoma (LAPLANCHE, 1988).

Essa capacidade de tradução/ simbolização, se relaciona com a própria especificidade da noção de sujeito em psicanálise, de um objeto que não pode ser delimitado pelas ciências, como a própria psicologia, sociologia, história e antropologia. Mas refere-se, fundamentalmente, a um objeto humano na medida que este formula e dá forma à sua própria experiência. Além disso, embora o campo do tratamento analítico seja espaço privilegiado para o movimento de autoteorização, esse processo é algo que permanece ao longo de sua vida inteira (LAPLANCHE, 1992).

Nesse sentido, uma epistemologia e uma teoria da psicanálise devem levar em conta, na sua própria base, o fato do sujeito humano ser um ser teorizante, e teorizante de si mesmo. Isto significa que ele teoriza sobre si mesmo, que ele se autoteoriza, ou mesmo autossimboliza – sem esquecer que isso se dá em articulação com o contexto em que ele está inserido, a partir da lógica sócio-histórico e cultural (LAPLANCHE, 1992). Pensando nessa especificidade da noção de sujeito em psicanálise, tal movimento autoteorizante é inicialmente impulsionado pela dimensão enigmática da mensagem e se dará a partir do código simbólico/ tradutivo transmitido pelo adulto

(LAPLANCHE, 1988). Esclarecemos, a seguir, do que se trata exatamente a dimensão enigmática das mensagens e que impulsiona esse movimento de tradução (sendo o próprio processo de constituição psíquica) na criança.

Em alusão às características das mensagens, Laplanche, em “O Sexual: A sexualidade ampliada no sentido freudiano”, destaca que o desequilíbrio que ocorre na comunicação do cuidador para com a criança é o atravessamento do próprio inconsciente do adulto e não o fato da mensagem ser puramente inconsciente. O que ocorre é seu comprometimento pelo inconsciente do adulto. As mensagens que são transmitidas se situam a nível do pré-consciente e consciente. Nas palavras do autor:

A mensagem é uma mensagem pré-consciente-consciente. Não há mensagem inconsciente. Há, então, uma mensagem pré-consciente-consciente comprometida pelo inconsciente do emissor e uma tentativa de tradução pelo receptor, tradução, podemos dizer, intrasemiótica: por contribuição ou, ainda, por tentativa de criação de um novo código, de um idioleto. Digo “por contribuição” porque frequentemente a criança não cria por inteiro esse idioleto da tradução: ele lhe é socialmente imposto. (LAPLANCHE, 2015).

Com base nessa passagem, gostaria de destacar que se trata de uma mensagem real transmitida pelo adulto, e que se encontra comprometida pelo inconsciente infantil deste último. É por esse comprometimento que a mensagem assume seu caráter enigmático. Tal código de tradução lhe é socialmente imposto. Nessa mesma perspectiva, Fanon (2008) propõe o conceito de sociogênese em “Pele negra, máscaras brancas”. Ao reconhecer a pertinência de Freud ter destacado a exigência da consideração de fatores individuais na compreensão da constituição do sujeito, Fanon (2008) destaca que ele não faz alusão explícita aos fatores sociais que determinam os fatores individuais. Nesse sentido, a experiência dos negros não é apenas uma questão individual, mas, sobretudo, social, tornando-se indispensável levar em conta a sociogenia no que tange a um sociodiagnóstico. Em seguida, esclarece que:

Antes de abrir o dossiê, queremos dizer certas coisas. A análise que apreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação dos negros implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais (FANON, 2008, p. 28).

Acreditamos que podemos ampliar essa colocação de Fanon (2008) e ressaltar que a desalienação de brancos e negros se dá pela tomada de consciência das

realidades econômicas e sociais. Tomada de consciência que sempre implica em desconstrução simbólica e, conseqüentemente, reorganização narcísica. Isso porque, conforme Fanon (2008) nos indica de maneira explícita ao postular a presença da sociogenia para pensar um sociodiagnóstico, é que todos nós, enquanto humanos inseridos em uma dada sociedade, somos constituídos narcisicamente pelas estruturas sociais de poder.

Para compreendermos como se dá essa transmissão de mensagens enigmáticas pelo outro, podemos lançar mão da noção de interiorização. Laplanche (1988) destaca a sua tendência em aproximar a noção de introjeção primária com a de sedução originária (cuidados iniciais). Esta última refere-se ao momento inicial da vida, em que a criança é investida física e emocionalmente pelo adulto. Tal momento é acompanhado pelo processo de introjeção primária e/ou interiorização, que são elementos pinçados dessas primeiras experiências. Portanto, a introjeção pode ser compreendida como fundamento da vida interior, nesse movimento de tornar objetos externos em objetos internos/interiorizados, de jogar para dentro de si.

Nesse sentido, é uma relação externa, isto é, relação com o outro, e todos os elementos que ela comporta (mensagens/códigos) são transpostos ao interior. O que queremos destacar, como forma de compreendermos como se dá a veiculação das mensagens pelo outro, é que as dinâmicas sociais interiorizadas e marcadas pelos regimes de poder que alicerçam a constituição narcísica dos sujeitos, estão presentes na relação adulto/criança, através da transmissão de mensagens e códigos que os adultos próximos oferecem. Alicerçamos nossa postulação, pelo conceito de sociogênica indicado por Fanon (2008) que destaca a importância da dinâmica social para pensar a experiência e constituição psíquica dos negros, bem como pela discussão trazida por Nogueira (1988) sobre a importância de atentarmos para a presença da reprodução do racismo nos cuidados iniciais da criança negra e acrescentaríamos, das crianças brancas. Nessa perspectiva, ampliamos essas colocações empreendidas pelos referidos autores e destacamos, que a constituição psíquica/narcísica de brancos e negros é atravessada pelos regimes de poder que imperam em nossa sociedade.

Diante do exposto até aqui, ressaltamos que as noções teóricas/conceituais apresentadas nos fornecem subsídios para compreender a constituição do Eu, posto que, são as formas de investimento físico-emocional e as mensagens que elas transmitem, que alicerçam a constituição psíquica e narcísica/identitária do sujeito.

Partimos da premissa que a lógica social como um todo está presente nessa comunicação adulto/criança, nas formas de investimento que transcendem a dimensão verbal. Nesse sentido, os regimes de poder que estruturam nossa sociedade atravessam a constituição psíquica e identitária de brancos e negros. É através da transmissão de mensagens que sugerimos que ocorre a reprodução da lógica social e que ela assume caráter subjetivante devido a serem veiculadas por um outro próximo, por um adulto significativo, investido de afeto.

Á partir dos pressupostos teóricos/conceituais apresentados até aqui, no tópico a seguir abordaremos de que forma a psicanálise vem pensando a constituição narcísica e psíquica de sujeitos em condição de pobreza. Feito isto, levantaremos alguns questionamentos, de acordo com as postulações teóricas do nosso trabalho, acerca da forma que tem sido associado, a priori, a pobreza com uma dinâmica psíquica de base traumática.

2.3 Estudos psicanalíticos sobre pobreza

Ao nos debruçarmos sobre as produções psicanalíticas sobre a pobreza, nos deparamos com alguns aspectos que consideramos importantes: a pobreza não é um tema muito explorado pela psicanálise, são poucos os trabalhos encontrados sobre a temática. As articulações teóricas realizadas a priori nos instigam a pensar sobre os atravessamentos e implicações da subjetividade e da epistemologia na produção de conhecimentos, discussão que será empreendida e alicerçada mais adiante no trabalho. A seguir, buscamos sinalizar aspectos que estamos em concordância e discordância no que concerne às articulações teóricas/conceituais realizadas nesses estudos, alicerçados nos pressupostos teóricos da própria psicanálise.

Ao descrever uma cena carioca, Bastos (2006) descreve um dia ensolarado no bairro de Ipanema, no qual abre-se um bueiro de uma das avenidas mais “nobres” da cidade e dali emergem meninos de rua. Tal presença produz indignação nos moradores, pois sentem que os adolescentes ameaçam seus bens e patrimônio. Segundo a autora, a violência da cultura contemporânea, pautada pela lógica do consumo, pelo avanço incessante da tecnologia, diminui a mão de obra e coloca inúmeros sujeitos, que não possuem especializações, fora do mercado de trabalho. A

exclusão social seria então uma expressão da violência da cultura contemporânea que exclui um grande número de sujeitos por suas características de modernização, aspecto que Santos (2000) considera fundamental para pensar a pobreza.

Nesse sentido, é possível compreender que a autora se refere a sujeitos que não possuem as condições mínimas de sobrevivência, que estão fora do mercado financeiro, em situação de rua e, a partir dessa perspectiva, pensa esses adolescentes como excluídos – cabe destacar, a partir de uma perspectiva preponderantemente econômica. Tal perspectiva hegemônica é apontada por Jessé Souza (2009) ao afirmar que é a visão economicista que predomina na compreensão sobre a desigualdade. Assim, é possível compreender a articulação que Bastos faz entre miséria e exclusão social, em casos de privação coletiva nas esferas econômica, social e cultural (WANDERLEY, 2001). Mas, estar excluído do mercado financeiro, social e cultural torna impossível um sentimento de pertencimento e troca afetiva entre os adolescentes?

Com base nessa perspectiva, Bastos (2006) indica que a impossibilidade de se inserir socialmente, seja no mercado de trabalho ou em um grupo, se desdobraria em uma dinâmica psíquica marcada pelo traumático, tanto na luta pela sobrevivência social como no campo da vida psíquica.

Na mesma linha de pensamento, Kemper (2013) abordou em seu artigo um vídeo que circulou pelas redes, no qual um jovem rapaz, algemado e com machucados em seu rosto, devido à surra que ganhou dos policiais, era entrevistado por uma repórter que o acusava insistentemente de estupro. Apesar do rapaz insistir que não seria capaz de estuprar a pessoa a qual roubou, a repórter insistia em constrangê-lo publicamente. O evento é corriqueiro na televisão brasileira, que, em teoria, deveria educar sobre a cultura da desigualdade e da marginalização da pobreza. O rapaz, negro e pobre, ainda é constrangido pelo fato de não saber pronunciar o nome de um exame o qual se dispôs a realizar para provar sua inocência. É a partir desse vídeo que ela pensa nos desdobramentos sociais e psíquicos da pobreza e da exclusão social, esses dois novamente usados como sinônimos.

Kemper (2013) então aborda a marginalização a que a pobreza expõe o sujeito a partir de uma discussão sobre a constituição narcísica. A constituição narcísica se dá entre o individual e o social. A identidade é estritamente ligada ao cultural, aos valores e crenças que atravessam o contexto em que o sujeito está inserido. Além disso, é a partir do investimento e reconhecimento do outro que o sujeito investe e

reconhece a si mesmo. Segundo a autora, a impossibilidade ou a precária inclusão grupal/social, compromete os processos identificatórios e, assim, também as possibilidades de ser/existir. Adjetivos como marginal, estuprador, como no caso do vídeo, reduzem o sujeito e lhe impõe uma identidade que apaga qualquer outra. Estamos em acordo com a autora quando ela indica que esse tipo de caracterização apaga a multiplicidade de olhares que poderiam ser construídos para esse sujeito, o que, muitas vezes, acaba por afetar suas próprias possibilidades de existência e as de quem reproduz tal olhar reducionista também.

Ao encontro disso, em seu estudo “Escuta psicanalítica das vidas secas”, Rosa (2002), ao pensar as consequências subjetivas da pobreza extrema e da exclusão social gerada por ela no modelo econômico neoliberal, destaca os efeitos dessa violência na subjetividade. Segundo a autora, os efeitos da violência social são expressos pela apatia, solidão e o emudecimento dos sujeitos, como consequência da pobreza afetiva e intelectual, que impossibilitam a elaboração simbólica. Ao pensar o desamparo social, por não terem acesso efetivo às instituições de organização social, como saúde, educação, moradia e trabalho, em conjunto com a desproteção familiar, em casos de meninos moradores de rua, a autora sugere que o desamparo discursivo também emerge, como consequência justamente desse lugar de exclusão social.

Nesse cenário, a autora discute sobre a resistência de quem escuta. Propõe então uma discussão aprofundada, que problematize justamente a resistência do próprio psicanalista, ou os muros presentes na escuta. Afinal, o que caracteriza esse encontro é, sobretudo, distintas classes sociais frente a frente, inclusão e exclusão, segundo a colocação da autora. É preciso, portanto, que o psicanalista reconheça seu lugar enquanto pertencente a uma classe social, a uma raça, determinada orientação sexual, para então reconhecer o lugar do outro. Só assim poderíamos ampliar nossas possibilidades de escuta da complexidade da realidade socioeconômica do sujeito.

Estamos de acordo com essa reflexão de Rosa (2002) sobre a importância de se atentar ao lugar que o sujeito ocupa na estrutura da sociedade, para não ocorrer um equívoco no que concerne à dinâmica psíquica de base do sujeito. E consideramos fundamental a colocação da autora sobre ser imprescindível reconhecer também o lugar que o analista ocupa na sociedade para realização de uma escuta terapêutica situada e qualificada.

Diante do exposto, podemos compreender que, dentro do campo da Psicanálise, tem se pensado sobre os efeitos psíquicos da pobreza extrema. A essas formas de pobreza, os estudos psicanalíticos atribuem a lógica traumática, como consequência dessa situação de exclusão social, no âmbito do trabalho, do acesso a serviços de saúde e educação, assim como a falta de pertencimento a um grupo, seja ele familiar ou social. Consideramos pertinentes as reflexões das autoras, porém questionamos se pensar a pobreza extrema e seus desdobramentos sociais e psíquicos preponderantemente a partir de uma perspectiva econômica não acaba entrando em uma lógica reducionista. Concordamos que a pobreza extrema e a exclusão social geradas por essa condição podem produzir efeitos psíquicos traumáticos, mas questionamos se é possível restringirmos as possibilidades de se pensar a dinâmica psíquica desses sujeitos preponderantemente a partir de uma lógica traumática.

Nessa perspectiva, acreditamos que se torna questionável a associação que se faz entre pobreza econômica e pobreza psíquica, visto que os afetos não estão no âmbito do capital. Reconhecemos que a disponibilidade do outro depende de um conjunto de fatores, como as condições da vida cotidiana, entre elas, a condição econômica, mas não somente. Contudo, sabemos que a constituição psíquica e enriquecimento simbólico é impelida, sobretudo, nos primeiros anos de vida, pela disponibilidade psíquica dos cuidadores para com a criança (LAPLANCHE, 1988), da disponibilidade do grupo em que a criança está inserida para trocas afetivas e simbólicas. Esse processo é algo que perdura ao longo de toda vida, para além do círculo familiar do sujeito. Tendo isso em vista, é realmente possível, sempre fazermos essa associação? Que outras possibilidades teríamos de pensar as repercussões psíquicas em sujeitos em situação de pobreza?

A definição de Milton Santos (2000) vai ao encontro da proposta do nosso trabalho, quando ele caracteriza a pobreza como uma situação de carência e também de luta, um estado vivo e dinâmico. Essa definição converge com a escolha do contexto de escolha da participante da pesquisa, a universidade pública. É nessa circunstância que o trabalho buscará compreender a situação de carência e de luta apontado por Santos (2000), em um espaço que historicamente não podia ser ocupado por pobres e negros. Isso porque a sociedade brasileira se constituiu enquanto uma nação, fundada no sistema colonial que protagonizou a desumanização da população negra e negou seus direitos/acessos no campo da educação. Dessa

forma, buscaremos no próximo tópico discutir e aprofundar como esse sistema se perpetua no presente, reencenando a dominação e o poder do passado.

3 Modernidade, Colonialidade e Psicanálise

A colonialidade se tornou parte constituinte da modernidade, enquanto um projeto “civilizatório”, podendo ser compreendida como uma matriz colonial de poder (MIGNOLO, 2016). Baseia-se na naturalização de determinadas hierarquias referentes ao território, raça, epistemologia, culturas e gênero, produzindo subalternidades e invisibilizando conhecimentos, experiências e formas de vida. É a dimensão simbólica do colonialismo, chegada e dominação de um povo europeu sobre o outro, que reproduz as relações de poder na atualidade e que no passado estiveram nas práticas e discursos dos colonizadores, devido sua força política e/ou militar (TONIAL *et al.*, 2017).

A colonialidade, como dimensão simbólica do colonialismo (TONIAL *et al.*, 2017) foi constitutiva da modernidade, embora esse aspecto seja minimizado e a atuação da colonialidade seja o aspecto obscuro desta, seu lado oculto (MIGNOLO, 2016). Nesse sentido, não há modernidade sem colonialidade. É possível portanto, afirmarmos que a modernidade foi impulsionada e trazida pelo colonialismo, ou seja, modernidade e colonialidade andam juntas (MIGNOLO, 2016). Com o intuito de não perdermos isso de vista, dada sua importância, usaremos essas palavras lado a lado, ao longo deste trabalho.

Compreendendo a relação direta entre modernidade e colonialidade, sabemos que enquanto a colonização se esvaiu, a colonialidade se perpetuou no tempo, reproduzindo as relações de poder em diferentes esferas da vida social. Tonial *et al.* (2017) nos auxiliam a pensar a atuação e desdobramentos da colonialidade no que tange ao campo do saber, ou seja, da Epistemologia. A modernidade/colonialidade se ocupou de estabelecer um modelo científico alicerçado na racionalidade, objetividade e neutralidade, um modelo hegemônico que invisibiliza outras formas de produzir conhecimento que não se enquadrem nele. Nesse sentido, a colonialidade está presente na produção e aplicabilidade do conhecimento.

Para Mignolo (2016) as conquistas e efeitos da modernidade/colonialidade são concernentes primordialmente em duas áreas: o campo da Economia e da Epistemologia. Em alusão a isso, o Capitalismo marca um novo tipo de economia, enquanto a Revolução Científica empreendida pelos europeus marca um determinado modelo científico que lhes conferiu maior controle sobre o meio social/cultural. Para o autor, essas duas “conquistas”, a economia e a epistemologia da modernidade/colonialidade, estão dentro de um discurso progressista e celebratório da modernidade, enquanto salvação e novidade. Tal colocação e crítica de Mignolo (2016), sobre um discurso progressista, concernente ao advento da Modernidade, nos conduz à discussão de Césaire (1978) em “Discurso sobre o Colonialismo”, que faz uma crítica ao discurso que defendia a colonização, cuja justificativa norteadora era a relação direta desta com civilização e evolução. Sobre isso, cabe dar voz ao próprio autor:

Ouçó a tempestade. Falam-se de progresso, de realizações, de doenças curadas, de níveis de vida elevados. Eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas. (CÉSAIRE, 1978, p. 24).

Após esta passagem, ao refletir sobre a suposta relação entre colonização e civilização, Césaire (1978) admite a importância da troca, do diálogo e da comunicação entre as diferentes civilizações, afirmando que uma sociedade e/ou povo fechado em si mesmo, tende a enfraquecer-se. Assim, a interação entre as diferentes civilizações, é o oxigênio de uma sociedade. Entretanto, ao questionar a possibilidade de a colonização ter oportunizado tal troca, Césaire (1978) defende que da colonização não se obteve valor e troca humana alguma e que há uma distância infinita entre colonização e civilização. A única troca e contato na lógica da colonização foram relações de dominação e submissão, que transformaram o colonizador em chicote e o colonizado em instrumento de produção, produzindo violência. Portanto, no contato entre eles, só havia lugar para trabalho forçado e intimidação (CÉSAIRE, 1978).

Nesta dinâmica, a colonização desumanizou, tanto o colonizador quanto o colonizado, pois esse primeiro, ao se dirigir ao outro através da violência, da cobiça e do ódio racial e ao habituar-se a ver no outro um animal e a tratá-lo como tal, acaba ele próprio descivilizado. Dessa forma, o processo de colonização é tomado como

sinônimo de coisificação, no sentido de ter sido protagonista do esvaziamento de povos e culturas. Esvaziados, devido a uma destituição das múltiplas possibilidades de ser e existir que foram extinguidas, conforme mencionado por Césaire (1978). Essa última colocação do autor, sobre o esvaziamento dos povos através da destituição total de culturas, terras e formas de vida, nos instiga a pensar a reencenação dessa lógica colonial na destituição de múltiplas identidades e modos de vida na atualidade.

Isso ocorre pelo esvaziamento e aniquilamento de possibilidades de pensar a subjetividade, através da presença e efeitos da colonialidade no campo do ser, que encaixa os processos de subjetivação dentro de um modelo de subjetividade eurocêntrico (TONIAL, 2017). Aqui reside um ponto importante, visto que a subjetividade se constitui como espaço privilegiado do qual a Psicanálise se ocupa.

Ao refletir criticamente sobre a possibilidade da Psicanálise poder falar ou não da obra o “Quarto de Despejo” de Maria Carolina de Jesus, Reis (2017) enfatiza que na busca de interpretar o texto, tendo como base conceitos psicanalíticos postulados dentro de um modelo de clínica elitizado, a Psicanálise acaba produzindo um movimento interpretativo colonizador. Isso pode ocorrer, através de uma simplista transposição de conceitos, que não leva em conta o contexto sócio-racial em que a pobreza está inserida. Quando isso ocorre a Psicanálise reencena a dominação do passado apontada por Césaire (1978), sobre a relação que se estabeleceu na colonização, mas cuja reflexão nos é ainda tão valiosa para pensar seus efeitos no campo do saber.

Nesse movimento interpretativo e colonizador apontado por Reis (2017), a psicanálise acaba reproduzindo a lógica do colonialismo do ser (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA, 2017) que pensa e enquadra a subjetividade do outro, a partir de um modelo de subjetividade eurocêntrico. Partindo dessa premissa, ao se autorizar pensar sobre a subjetividade do outro, sem reconhecer e pensar de forma crítica sobre suas raízes teóricas/conceituais, seu contexto de criação e o contexto em que o analista/pesquisador está inserido se reproduz uma lógica reducionista e de dominação/poder. Para Tonial, Maheirie e Garcia (2017) o colonialismo do ser se sustenta e reproduz, sobretudo, pela negação/invisibilização da subjetividade/humanidade do outro.

Tal movimento colonizador, é utilizado quando não se aborda, por exemplo, a questão da escravização nos estudos sobre a pobreza, sinalizando o silenciamento presente nas produções psicanalíticas sobre a temática (TABACOF, 2017). Quando

isso ocorre, os conceitos podem ser utilizados de forma colonizadora, sendo descontextualizados da realidade sócio-racial da qual o sujeito pertence e cujas construções teóricas/conceituais foram alicerçadas em um modelo de subjetividade eurocêntrico, lógica privilegiada do colonialismo do ser (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA, 2017) – presente não só nos estudos psicanalíticos, mas em diversos campos do saber. Tal reflexão pode ser observada, quando na maioria das vezes, as discussões psicanalíticas associam já *a priori* os efeitos da pobreza e do racismo a uma dinâmica psíquica traumática, sem ter abertura para pensar as múltiplas possibilidades de encaminhamento pulsional e a importância da dinâmica social para sua construção.

Ao não estar atenta às múltiplas possibilidades de ser e existir, associando de antemão os efeitos da pobreza e do racismo a uma lógica traumática podemos pensar que a Psicanálise entra em um movimento interpretativo colonizador (REIS, 2018), o que nos conduz mais uma vez a discussão de Césaire (1978) sobre os efeitos da colonização e às múltiplas possibilidades de ser e existir que foram invisibilizadas e/ou aniquiladas devido a imposição de uma cultura e identidade europeias. Tal imposição e violência reverberou na desumanização de vidas/ subjetividades que existiam antes da colonização. Estaria a psicanálise reencenando a lógica mortífera da colonização ao negar ou invisibilizar às múltiplas possibilidades de subjetivação? De que forma a psicanálise poderia se libertar ou dismantelar/deslocar suas raízes epistemológicas coloniais? O que leva a psicanálise a reproduzir a lógica da colonialidade do ser?

Começaremos na tentativa de responder nosso último questionamento, sem a intenção de esgotá-lo, mas de abrir possibilidades de se construir narrativas. Como ponto de partida, tomemos novamente a questão da subjetividade, deslocando do centro a subjetividade e o contexto sócio-racial do sujeito-objeto da pesquisa e alocando-os na subjetividade e no contexto sócio-racial do sujeito pesquisador. Dessa forma, podemos iniciar uma reflexão sobre os possíveis atravessamentos que levam a reprodução das relações de poder e dominação no campo do ser, ou seja, no que tange a subjetividade.

Acreditamos que tal reprodução do colonialismo do ser (TONIAL; MAHEIRIE; GARCIA, 2017), que como vimos é centrado em um modelo eurocêntrico de subjetividade, ocorre devido ao lugar de fala dos próprios autores que realizam esses estudos. A história da escravização, por exemplo, foi por muito tempo negada aos seus principais protagonistas (TABACOF, 2018), portanto, foi contada por autores

brancos, em sua maioria homens brancos europeus. É com base nessa perspectiva de pensar o lugar de fala do pesquisador e seus desdobramentos, que Santos (2000) destaca que ser negro no Brasil é ser alvo de um olhar enviesado, que ultrapassa o campo do simbólico e reverbera nas relações sociais. Ao encontro dessa colocação, Kilomba (2019), nos instiga a pensar que quem produz conhecimento sobre o racismo e fala do centro, são os sujeitos brancos, sendo a população negra na maioria das vezes, alvo dos estudos, mas não os sujeitos pesquisadores. Como as questões raciais não podem ser pensadas desvinculadas das questões de classe, a reflexão da autora se estende às produções de estudos sobre pobreza, sendo os sujeitos pobres na maioria das vezes, objetos de estudos e não os sujeitos pesquisadores.

Diante do exposto, tais reflexões teóricas nos fornecem base para acreditar e compreender que a subjetividade do pesquisador pode ter influência direta na construção de um saber enviesado, contribuindo na consolidação de estereótipos (SANTOS, 2000). Como por exemplo, cabendo ao pobre, muitas vezes, o estereótipo de excluído, como muitas vezes cabe à população negra o estereótipo/naturalização de pobres. Pensar os efeitos da subjetividade do sujeito pesquisador, reconhecendo os efeitos que seu lugar na sociedade pode ter na produção de conhecimento, implica uma tentativa de romper com o modelo epistemológico dominante (moderno/científico), mencionado anteriormente como uma das principais conquistas da modernidade/colonialidade. Isso porque tal modelo parte da premissa e da defesa da neutralidade como critério na produção de conhecimento e pensar a implicação da subjetividade do sujeito pesquisador vai na contramão dessa lógica.

Na tentativa de refletir sobre nosso último questionamento, Andrade (1978 *apud* CÉSAIRE, 1978) lembra e destaca que a principal questão aprofundada por Césaire (1978) é justamente o resgate do direito desses povos, que foram destituídos e esvaziados de si próprios pela violência da colonização, a terem sua própria identidade através de um movimento de libertação. A libertação reside no resgate da identidade histórica desses povos e principalmente, pelo desmantelamento da dominação a qual foram sujeitos no passado e seguem sendo no presente (ANDRADE, 1978 *apud* CÉSAIRE, 1978). Partindo dessa reflexão, acredito que cabe à Psicanálise o estabelecimento de um compromisso ético e político de reinvenção das possibilidades de articulação de seus conceitos, tendo como alicerce a ideia de uma constituição social e historicamente determinada da subjetividade. Assumindo a responsabilidade que lhe cabe na luta contra a colonialidade do ser, contra a

colonização das possibilidades de existência. Ampliando assim as possibilidades de existência da própria teoria psicanalítica e dos que a utilizam.

Um caminho possível na desconstrução da dominação histórico-social que se estende até os dias atuais, assim como para o resgate das possibilidades plurais de existência é uma mudança no olhar que se dirige aos sujeitos. Tal mudança implica no reconhecimento que ali, onde habita a pobreza, existem vidas. Macé (2018) em sua obra “Siderar, considerar: Migrantes, formas de vida”, ao pensar as imigrações no cenário francês e os olhares que os sujeitos, sejam eles representantes da esfera pública ou não, dirigem a essa realidade, nos impele a repensar essa forma de olhar, considerar e não siderar/paralisar diante da realidade do outro.

A problematização de Macé (2018) gira em torno dessa mudança de olhar em que nos encontramos paralisados/siderados diante da realidade do outro para um olhar com cuidado, com minúcia e atenção à sua realidade. Nesse sentido, considerar significa reconhecer as vidas que ali existem. E ao considerar essas vidas, reconhecemos que ali existem ideias e sentimentos como alegria, esperança, tristeza, assim como sofrimento, e desta forma, deixarmos de nos aterrorizar e de sermos capturados por esse olhar de piedade e compaixão que nos paralisa, e lembrarmos que ali existem vidas, formas de existir (MACÉ, 2018).

Um dos aspectos que considero fundamentais na obra de Macé (2018), ainda que não esteja dito de forma explícita, mas indicado pela autora, é o reconhecimento da dimensão de humanidade dos sujeitos em situação de vulnerabilidades sociais. Um convite a que sejam considerados na complexidade que o humano comporta, sua multiplicidade de sentimentos, tais como alegria e tristeza. Penso, que essa reflexão de Macé (2018) é norteadora do nosso trabalho, como um caminho potente no reconhecimento da humanidade desses sujeitos, para então nos abirmos às múltiplas possibilidades de se pensar as subjetividades que se constituem em um contexto de pobreza.

É preciso refletir sobre esses aspectos de forma a desnaturalizar concepções acerca da pobreza e da negritude, que há séculos foram naturalizadas, para avançarmos no sentido da desconstrução desses estereótipos mencionados anteriormente. Tendo isso em vista, ao escolhermos autores negros para abordar o processo histórico da escravização, materializamos um compromisso ético-político, ao entender que os autores possuem um lugar na estrutura da sociedade e que sua

subjetividade, constituída a partir desse lugar, poderá reverberar nas produções de conhecimento, devido às implicações subjetivas na realização da pesquisa.

Por fim, outra questão que nos confrontamos, dada a complexidade da temática e seus atravessamentos, foi buscar alternativas teóricas/conceituais que abarquem de forma ampla e dinâmica, a amplitude da temática deste trabalho. A escolha teórica/conceitual alicerçada na interseccionalidade dos eixos de opressão, se deu através das reflexões e pressupostos levantados até aqui, os quais iremos expor de forma mais aprofundada no próximo tópico.

3.1 Intersecção entre classe, raça e gênero

Muito tempo se passou e apesar de a ciência biológica ter demonstrado que são absurdas as crenças e estudos baseados na inferioridade intelectual da população negra (MUNANGA, 2019) o racismo se constituiu como uma atualização da violência que estruturou da sociabilidade brasileira (VANNUCHI, 2019). Isso demonstra que a violência do racismo, não tendo mais o respaldo da ciência, não está na ordem da racionalidade, está no âmbito do irracional. O racismo à brasileira é sutil, evasivo, silenciado, camuflado e difuso em suas expressões. São justamente essas especificidades do racismo em nosso país, que o fazem ser tão eficiente (MUNANGA, 2019), pois ao longo do tempo veio sofrendo transformações complexas no âmbito social, cultural e discursivo, evidenciando sua sofisticação.

A questão do ódio ao pobre, segundo Souza (2017), é uma continuação do ódio aos escravizados. Tendo como ponto de partida essa colocação, percebemos que se o preconceito predominante é contra pobres e atinge, principalmente, negros, certamente não é somente disso que se trata (TABACOF, 2018). Em consonância, Jessé Souza (2005) destaca que no Brasil, não é possível separarmos o preconceito de classe do preconceito de raça e pontua que é preciso buscar as singularidades da desigualdade social em nosso país. É preciso, portanto, debruçarmo-nos sobre as questões raciais, como uma especificidade importante na configuração da desigualdade social brasileira (SOUZA, 2005). Nesse sentido, torna-se fundamental pensar como o racismo perpetua a desigualdade social que permanece presente no Brasil.

Tendo isto em vista, é preciso reconhecer e olhar para o racismo estrutural que está presente em nosso país. Isso significa que pessoas negras e de cor estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Essas estruturas funcionam de forma a privilegiar os sujeitos brancos, colocando outros grupos racializados em desvantagem, isto é, fora das estruturas de poder (KILOMBA, 2019). Uma das marcas fundamentais do racismo é o poder, e a combinação deste com o preconceito, constitui o racismo. Nesse sentido, o racismo é a supremacia branca. Outros grupos não podem encenar o racismo (KILOMBA, 2019).

Buscando entender a ligação dinâmica entre esses dois fatores, Crenshaw (2002) discute sobre os múltiplos fatores de subordinação, ou seja, a dupla ou tripla discriminação entre dois ou mais eixos, que a autora denomina de interseccionalidade. Essa dinâmica de interação entre dois ou mais marcadores sociais, através da interseccionalidade, visa elucidar as consequências estruturais e dinâmicas dessa interação (CRENSHAW, 2002).

Em síntese, para Crenshaw (2002) a interseccionalidade trata da forma como o racismo, o patriarcado e a opressão de classe, entre outros sistemas discriminatórios, criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas a mulheres, etnias, classes e outros. Nessa perspectiva, não ocorre uma hierarquização dessas categorias, pois nenhuma é compreendida como determinante ou mais importante que a outra.

Para Kergoat (2010) há uma minimização dos problemas de classe, sendo apenas mencionado esse fator nos estudos, sem que se pense efetivamente os efeitos e implicações estruturais e dinâmicas desse marcador. Hirata (2014) observa que uma das críticas de Kergoat (2010) reside na invisibilidade do fator de classe social nas abordagens interseccionais de Kimberlé Crenshaw, em comparação com a ênfase e aprofundamento que se dá aos fatores de gênero e raça, ficando na maioria das vezes, em segundo plano a dimensão de classe. Em outra perspectiva, Kilomba (2019) destaca que no discurso de classe, a questão da “raça” não ganha nenhum lugar. Isso nos indica a necessidade de debater e aprofundar os efeitos da opressão de classe, bem como sua articulação com a questão racial. Além disso, outra crítica reside na produção de estudos que pensam as opressões relativas ao gênero e a raça de forma isolada, isto é, sem pensar que a intersecção dos marcadores produz efeitos e experiências de opressão singulares.

Conforme vimos, a questão de gênero vem sendo frequentemente articulada à questão racial e os estudos têm se concentrado na interseção desses dois fatores, conforme aponta Kergoat (2010). Além disso, nos estudos sobre gênero e raça, em que se pensa de forma isolada os efeitos das opressões, a mulher negra tem ficado à margem e a mercê tanto da produção de conhecimento que abordam as experiências relativas à opressão sofrida por mulheres brancas quanto às sofridas por homens negros (KILOMBA, 2019). Por outro lado, ao predominantemente serem articulados nos estudos, as opressões de gênero e raça, pouco se debate sobre os efeitos da interação da classe com estes outros dois fatores. Além disso, conforme vimos, existe uma imbricação histórico-social profunda entre pobreza e raça no Brasil. Sendo assim, como poderíamos pensar a especificidade da experiência subjetiva de mulheres negras, sem considerar que em sua maioria elas são pertencentes às classes desfavorecidas?

O resgate histórico das mulheres negras no período da escravização, feito em “Mulheres, Raça e Classe” por Angela Davis (2016), nos fornece subsídio para compreender as especificidades de suas vivências. Um dos principais pilares para compreender essas vivências é pensar o papel da mulher negra enquanto trabalhadora no período da escravização. Para a autora, a mulher negra não foi igualmente atingida pela ideologia da feminilidade, difundida no século XIX, uma vez que ela estava submetida à lógica de trabalho escravista, que não fazia diferenciação de gênero. Isso significa que elas trabalhavam na mesma proporção que os homens negros e era pouco expressivo o número de mulheres escravizadas que trabalhavam com tarefas domésticas na casa de seus proprietários.

O papel da mulher negra consistiu neste período predominantemente em força de trabalho e reprodução escrava, sendo submetida a inúmeras gestações com a finalidade da reprodução do trabalho escravo. Esse último aspecto difere muito do enaltecimento da maternidade em alusão a experiência de mulheres brancas (DAVIS, 2016), sendo estas mais atingidas pela ideologia da feminilidade crescente na época. Davis (2016) destaca, assim, as diferenças nos impactos que tal ideologia acarretou nos modos de vida de mulheres brancas e negras no período escravagista. Ao aprofundar essa questão, Davis (2016) traz a luz às especificidades da dinâmica das famílias negras, ao destacar que apesar de alguns autores terem realizado trabalhos significativos que destacam seus pontos fortes, a autora aponta críticas no que tange às conclusões desses trabalhos.

Uma das críticas interessantes de Davis (2016) reside na ideia distorcida de supremacia feminina em relação às mulheres negras, presente na afirmação de que elas não se submetiam à autoridade masculina (FRAZIER *apud* DAVIS, 2016), quando na verdade, devido às circunstâncias do seu contexto opressor, foram impelidas a estabelecer certo grau de autonomia e igualdade em relação a seus companheiros, os homens negros. Tal afirmação, inadequada na visão de Davis (2016), não compreende a realidade da vida social que os escravizados criaram para si. Embora vivessem em um contexto de violenta opressão, homens e mulheres escravizadas criaram formas singulares de estabelecer o mínimo de vida social entre si. Na dinâmica familiar dentro das senzalas, não havia uma divisão fixa de tarefas entre os sexos, homens e mulheres se revezavam para realizar a única tarefa que era significativa na vida social da população escravizada: o trabalho doméstico nas senzalas. Em contrapartida, na lógica da família colonial, o trabalho doméstico colocava às mulheres brancas em uma posição de inferioridade. Por esse motivo, a ideologia da feminilidade crescente naquela época, não contemplava nem mudava a posição das mulheres negras, pois estas não eram reconhecidas como mães ou cuidadoras do lar, devido a sua função predominante de trabalhadora escravizada.

A ideologia da feminilidade difundida no século XIX, através da publicidade em massa, retratava a realidade de mulheres brancas e colocava os traços da branquitude como ideal de beleza, delicadeza e, portanto, a própria representação de ideal de feminilidade. Em alusão a esse último aspecto, podemos pensar na intersecção entre classe, gênero e raça, posto que, a construção social do que é ser feminina, tem suas origens na lógica patriarcal presente no início da modernidade. Ao incluir a questão racial nesse debate, não podemos perder de vista que além de estar inserida dentro dessa lógica patriarcal e capitalista, a mulher negra está submetida ao racismo que perpassa essas duas lógicas de opressão. A lógica capitalista está pautada pela hipervalorização dos traços brancos, através da circulação de propagandas e imagens de feminilidade idealizada. A lógica patriarcal, presente na publicidade, está impregnada pela violência do racismo, pois desde seus primórdios, apresenta e valoriza os traços da branquitude como ideal de beleza e feminilidade.

Tal padrão de beleza tem como marca os traços brancos, alicerçados na lógica social racista. Aqui, reside um aspecto singular e fundamental da experiência subjetiva de mulheres negras, que explicita o racismo. Nessa perspectiva, torna-se difícil pensar

isoladamente os efeitos desses três eixos, devido suas imbricações profundas e estreitas no meio social.

Em virtude do exposto, somamos ao trabalho algumas pistas que nos conduzem a busca de compreender o atravessamento entre classe, gênero e raça, enquanto uma articulação da tripla dimensão de discriminações interseccionais. Isso significa que esse triplo fardo (KILOMBA, 2019) coloca a mulher negra em uma condição de maior vulnerabilidade social, produzindo uma forma singular de experiência subjetiva de opressão e discriminação, mas também singulares possibilidades de resistência e existência em função da interação dinâmica desses três marcadores. Como podemos pensar as reverberações psíquicas advinda da interligação dessas opressões?

A escuta de uma mulher negra pobre inserida no contexto da universidade pública nos conduziu à construção de reflexões acerca desse questionamento.

4 Justificativa

A relevância do presente estudo está relacionada com o contexto de desigualdade social que historicamente enfrenta nosso país, até os dias de hoje. Conforme mencionado nos capítulos anteriores, a pobreza está presente na vida de mais da metade da população brasileira, além disso, há um recorte racial em relação a esta pobreza. Evidencia-se a necessidade de produzir conhecimentos que ultrapassem o âmbito estatístico centrado no nível de renda, e que busquem aprofundar e complexificar o olhar sobre a pobreza no Brasil.

A psicanálise tem se debruçado cada vez mais sobre aspectos da vida social e suas reverberações na constituição psíquica. Porém temáticas como a pobreza são pouco pensadas a partir do contexto singular de cada sujeito. Isto faz com que a Psicanálise muitas vezes acabe reproduzindo uma lógica de estigma e de reducionismo, tal como uma já conhecida visão economicista, em que se destaca a condição econômica como principal causa da exclusão social dos sujeitos. Conforme as articulações teóricas anteriores, as definições de pobreza, em sua maioria, apontam a renda como causa principal de carências e precariedades, compreensão marcada pela lógica capitalista.

Além disso, como indicamos na introdução, a problemática da pobreza é atravessada pelo fator racial. Nesse sentido, torna-se fundamental pensar a pobreza articulada à questão racial, como uma especificidade importante na configuração da desigualdade social no Brasil. Esse é outro ponto que muitos psicanalistas ignoram, reproduzindo assim uma construção de saber elitista, marcada também pela lógica colonial.

Na tentativa de combater as desigualdades sociais no Brasil, vem sendo implementadas políticas públicas que visam reparar e democratizar os acessos. Em relação ao ingresso e permanência na educação, a desigualdade por cor e raça é discussão central nestas medidas, por envolver aspectos históricos do país (IBGE, 2019). Os dados vêm sofrendo transformações nos últimos anos, demonstrando uma melhora no acesso de pessoas negras ao ensino superior. Dados recentes do IBGE (2019) ilustram que negros e pardos, pela primeira vez na história, ultrapassaram a porcentagem de brancos nas universidades, representando 50,3% do total de

discentes. Apesar de ser um avanço, estes ainda se encontram sub-representados nesse espaço, pois correspondem a 55,8% da população total no Brasil (IBGE, 2019).

Tendo isso em vista, fica evidente a importância acadêmica e social deste trabalho, que visa superar estereótipos e visões reducionistas, através de uma articulação entre o contexto sócio-racial e a dinâmica psíquica. Acredita-se deste modo contribuir para uma complexificação e aprofundamento da compreensão do fenômeno da pobreza. A desigualdade econômica em nosso país está fortemente ligada a desigualdade sócio-racial, que tem suas raízes históricas na escravização, uma vez que as etnias historicamente violentadas, negros e indígenas, são no presente, as menos favorecidas social e economicamente.

4.1 Objetivo geral

O principal objetivo deste trabalho é pensar a constituição narcísica em um contexto de pobreza em articulação com os marcadores sociais de gênero e raça.

4.2 Objetivos específicos

Elenco a seguir os objetivos específicos deste trabalho, que são: conhecer os modos de relação com outro que sujeitos em situação de pobreza estabelecem; investigar as reverberações psíquicas da pobreza e do racismo; pensar as repercussões psíquicas da imbricação entre classe, raça e gênero; superar estereótipos e visões reducionistas em relação à população pobre e negra; aprofundar o debate sobre as repercussões psíquicas do preconceito de classe.

5 Metodologia

5.1 Desenho do estudo

Trata-se de um estudo de caso com o método psicanalítico de pesquisa. Para Dockhorn (2015) o método psicanalítico está pautado na consideração do sujeito em sua singularidade e como emissor de um saber inconsciente, aspecto próprio do sujeito da Psicanálise. A pesquisa com o método psicanalítico atribui valor no âmbito da produção de conhecimento advinda da escuta singular da subjetividade em articulação com o contexto em que está inserida, visando o aprofundamento e problematização do fenômeno estudado.

Para realização da pesquisa com o método psicanalítico, Silva (2016) salienta que a construção dos fatos clínicos advém da experiência de escuta. Na construção, escolha e exclusão de elementos aparecerá a subjetividade da pesquisadora, visto que, a implicação é algo indispensável nesta investigação. Portanto, os fatos clínicos não se referem a história na íntegra da pessoa analisada, mas a uma composição de elementos formada por aspectos da história escutada articulada ao contexto em que o sujeito escutado se insere e da subjetividade e contexto da pesquisadora.

No que diz respeito à temática do presente estudo, acredito que o método psicanalítico se mostra relevante para compreensão do universo do sujeito, em situação de pobreza e seus possíveis desdobramentos sociais e psíquicos. Tendo em vista que cada sujeito está inserido em um universo, cabe à pesquisa com o método psicanalítico, debruçar-se sobre a especificidade desse universo, com intuito de produzir novas aberturas e complexificar a discussão sobre o fenômeno.

5.2 Cenário do estudo

A pesquisa foi realizada de forma online, devido às exigências de seguir as orientações das medidas de proteção da Covid-19. Foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa uma nova versão do projeto, com as devidas adaptações. Após ser aprovado pelo Comitê de Ética, as entrevistas online ocorreram no período de julho a

agosto de 2020, contabilizando cinco encontros pela ferramenta *Google Meet*. Em parceria com o Programa de Assistência Estudantil (PRAE), foi feita a divulgação da pesquisa para o e-mail de todos os alunos bolsistas, ou seja, que são beneficiários de todos os auxílios estudantis.

5.3 Participantes da pesquisa

Participou da pesquisa uma estudante que se autodeclarou preta no ato das entrevistas, tendo 20 anos de idade no momento da realização do estudo. Inicialmente, após o primeiro contato com a participante no qual manifestou o desejo de participar da pesquisa, foi verificado se a mesma se encaixava nos critérios para participação. Solicitou-se comprovante assinado pela PRAE referente a ser bolsista integral, bem como ter ingressado por cotas na Universidade.

5.4 Instrumentos para coleta de dados

Foram realizadas cinco entrevistas online, nas quais se estabeleceu um vínculo, sendo possibilitado que a transferência e contratransferência viessem à tona, assim como a produção de narrativas. A principal ferramenta para coleta de dados foi a escuta oferecida a participante da pesquisa. Após serem transcritas, as entrevistas foram interpretadas com os mesmos instrumentos da clínica psicanalítica: uma escuta flutuante, ou seja, descentrada do tema principal, que visou um recorte do texto, escolhendo trechos, palavras, expressões que suscitaram na pesquisadora, a criação de um novo sentido. Esse procedimento é possibilitado também pela contratransferência com o entrevistado (a) e depois como o texto transcrito, produzindo indagações e despertando questionamentos na pesquisadora (FIGUEIREDO, MINERBO, 2006). Isso evidencia o corpo a corpo que a pesquisadora estabeleceu com as narrativas da participante, adotando uma postura implicada e situada diante do material.

Nessa escuta estiveram presentes duas lógicas: a) a lógica dos processos secundários, que se refere a consciência e a razão; b) e a lógica dos processos primários, isto é, a lógica do próprio sujeito da Psicanálise, a do inconsciente. Assim, é na dinâmica e no entre essas duas lógicas, que se tornou factível para entrevistada, pesquisadora e a própria teoria psicanalítica, a possibilidade de criação e transformação (FIGUEIREDO, MINERBO, 2006).

5.5 Procedimento

Primeiramente entrou-se em contato com uma das psicólogas da PRAE, com o devido envio do parecer do Comitê de Ética em Pesquisa. Em seguida, a mesma divulgou a pesquisa de forma eletrônica, via e-mail dos bolsistas cadastrados na PRAE. O primeiro encontro de pesquisa teve o intuito de me apresentar como pesquisadora e falar brevemente sobre minha relação com a pesquisa. Nesse momento, também foi apresentado o tema da pesquisa, assim como seus objetivos e encaminhado via e-mail o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para fins de assinatura da participante. Após o envio do TCLE, deu-se início ao processo de entrevistas online.

5.6 Análise de dados

As etapas da estratégia clínico-interpretativa proposta consistiram primeiramente em, no final de cada entrevista, construir uma narrativa clínica anotando impressões, pensamentos e sentimentos despertados pelo encontro. As construções levaram em consideração os registros de história material, dados descritivos em relação à realidade material e a história vivencial, isto é, a forma como a participante viveu e simbolizou o vivido, sua realidade psíquica. Para Dockhorn (2015) na análise são fundamentais os elementos transferenciais e contratransferenciais, as hipóteses interpretativas construídas ao longo do processo de análise dos dados.

Em um segundo momento, ocorreu uma segunda escuta, através da supervisão entre pesquisadora e orientadora, com o intuito de ampliar as leituras em relação aos elementos do material. Na singularidade da relação estabelecida entre ambas, se construiu um espaço de discussão sobre o material que foi construído pela pesquisadora na narrativa clínica, essa segunda etapa foi fundamental para ampliação do processo final de interpretação dos dados e novas problematizações e identificação dos elementos contratransferências, de forma que permitiu ser também ferramenta de interpretação do material (DOCKHORN, 2015). Esse processo de análise e construção de interpretações foi alicerçado na subjetividade da pesquisadora e da orientadora, bem como nos marcadores sociais que as situam socialmente.

6 Resultados

6.1 Um breve relato sobre a história de Cecília

Este estudo de caso é baseado na história de vida de Cecília, nome fictício dado à entrevistada, com a intenção de preservar sua identidade. Autodeclarada preta e pobre, ingressou por cotas na universidade. Cecília tem 20 anos e no primeiro encontro trouxe uma narrativa sobre seu ingresso em uma escola de Ensino Técnico Integrado (ETEC), falando também sobre a dificuldade de frequentar a escola devido a condição financeira da família. Relatou as cenas de quando via seu pai ir a pé para o trabalho, na chuva, enquanto ela esperava o ônibus até a Grande São Paulo. Tal relato é acompanhado de forte mobilização emocional de ambas às partes, devido a minha implicação direta com a pesquisa.

Cecília é filha de um homem negro e uma mulher branca. Tem uma irmã negra e um irmão branco, filho somente de sua mãe. Ela está inserida, portanto, na dinâmica de uma família interracial. Aqui reside um ponto importante da sua história, pois, como veremos ao longo das construções apresentadas, ela não se apropriou de sua identidade racial ao longo da infância. Além disso, nota-se que as mensagens e códigos que os cuidadores transmitem e oferecem a ela, estão contaminados por um olhar desqualificador para a pobreza e condições vulneráveis de moradia. Tal olhar vai reverberar na experiência subjetiva de Cecília, apresentando-se em sentimentos de vergonha e responsabilização individual. As mensagens transmitidas pelos cuidadores, são marcadas pela reprodução da lógica social com mulheres negras e pobres: o apagamento da negritude, a desqualificação e a sexualização precoce.

Outro local no qual se desenrolou sua história e constituição psíquica, foi a escola. Na adolescência, quando tinha 15 anos, Cecília conseguiu uma bolsa em uma escola de ensino médio e técnico integrado. Essa escola era constituída, predominantemente, por alunos e professores brancos de classe média. Devido a condição de pobreza de sua família, nem sempre Cecília tinha passagem para pagar o ônibus, além das dificuldades estruturais/ambientais da periferia na qual morava. Essas circunstâncias advindas da sua condição socioeconômica não permitiam a ela o acesso pleno a escola. Ao longo do nosso trabalho, buscaremos demonstrar as violências que sofreu na escola, por parte de professores e colegas. Essas violências

são compreendidas como uma interação da sua condição de estudante negra e pobre, ou seja, pela relação estreita entre preconceito de classe e racismo.

Um aspecto que nos pareceu importante em sua socialização, foi sua convivência na infância e adolescência, com a patroa de sua mãe. Desde a infância, a mãe trabalhava como empregada doméstica na casa de uma mulher branca, que acabou tornando-se sua madrinha. Propomos que havia um laço afetivo entre ambas e que havia uma idealização de Cecília em relação a essa mulher. Sugerimos que se estabeleceu uma identificação com essa mulher branca, identificação esta que foi impulsionada pela fragilização da idealização das figuras parentais de Cecília. A mãe era constantemente comparada com essa mulher, e ademais, não a protegia da violência do pai, sendo esse último uma figura de medo pra ela na infância. Propomos então, que seu ideal de Ego foi consolidado na relação com essa mulher, posto que, havia uma fragilização em colocar os pais em um lugar de ideais. A relação que essa mulher branca estabeleceu com Cecília, bem como as mensagens e códigos que direcionou a ela, foram marcadas pela relação profunda entre a lógica social racista e a exploração direcionada aos pobres.

No último tópico deste trabalho, denominado “Auxiliares de tradução e transformação do Eu”, lançamos uma discussão sobre o movimento de reorganização narcísica de Cecília. Propomos que tal movimento de transformação do Eu e dos ideais que constituíram a formação do seu Ideal de Ego, sofreram um verdadeiro remanejamento de referencial identificatório. Tal remanejamento propiciado pela criação de novos vínculos e trocas para além do círculo familiar, é um elemento presente no momento da adolescência.

A adolescência de Cecília e sua reorganização narcísica foram impulsionadas pelo encontro com novos códigos fornecidos pela cultura. Isso foi possível pela sua inserção e inclusão em novos espaços, como um centro cultural, a Biblioteca Pública de São Paulo e seu ingresso na Universidade, quando tinha 18 anos. Nesse sentido, a possibilidade de acesso a esses espaços e a criação de novos vínculos interpessoais, impulsionaram um processo de retradução das mensagens iniciais que lhe foram impostas, em alusão a ser uma mulher preta e pobre.

Desde esse breve relato sobre alguns aspectos da história de Cecília, faremos uma discussão teórico-conceitual sobre a constituição narcísica e do ideal de Ego, a partir das mensagens que foram transmitidas pelos cuidadores, escola e essa mulher branca, patroa da mãe da entrevistada. Tais mensagens, conforme já dito, estão

comprometidas tanto pelo inconsciente do outro, como pela lógica social que impera em nossa sociedade, direcionando às mulheres negras e pobres marcada pela desqualificação, apagamento e sexualização – diferentes facetas da violência dirigida a esses grupos.

6.2 Das mensagens enigmáticas a constituição do Eu

“Eu acho muito interessante quando eu me apresento, de falar de quem eu sou filha...[...] Eu sou filha do Valter, um homem preto, com descendência indígena direta, né, a avó do meu pai é indígena, sou filha também da Maria de Fátima, ela é branca, mas só que, ela é... ela tem traços negroides. Significa que ela tem nariz largo, as maçãs do rosto mais saltadas, traços negroides.”

(Trechos de relatos de Cecília)

Considero pertinente iniciar as considerações deste tópico, tendo como eixo as primeiras narrativas da participante. Neste trecho acima, ela destaca a relevância de suas origens étnico-raciais. Chama atenção, logo de início, para a descrição da mãe enquanto uma mulher branca, mas de traços negróides, portanto, que foge do padrão europeu. Entretanto, esta era a forma que a mãe era vista por ela e pela família inter-racial, constituída de um pai negro, um irmão branco, uma mãe vista como branca e uma irmã negra. O fato de nascer inserida em uma família inter-racial vai ser fundamental para a forma que ela se enxerga, ou melhor, a forma com que Cecília, ao longo de sua infância e adolescência, não se apropriou em termos psíquicos, de sua identidade racial. Esse é o eixo inicial de nossas primeiras postulações, tendo como alicerce as suas narrativas em articulação com nosso aparato teórico.

A seguir, demonstraremos com base em suas narrativas, como se interseccionam as mensagens inicialmente transmitidas pelos cuidadores, no que tange aos eixos de classe, raça e gênero, para posteriormente apresentarmos as mensagens transmitidas pela escola e pela madrinha de Cecília. O conceito de mensagem enigmática orienta nossa postulação de uma constituição narcísica alicerçada em regimes de poder que estruturam nossa sociedade.

Um desses regimes de poder é o racismo que atravessa as formas de investimento dos cuidadores de Cecília. Isso significa que por pertencer a uma família inter-racial, seus cuidados iniciais foram contaminados pela lógica social de apagamento/negação da negritude. A seguinte passagem nos indica o postulado que Cecília, não havia se apropriado de sua identidade enquanto negra:

O preconceito que a gente encontra eu e você, vindo de uma família inter-racial, é diferente do preconceito que encontramos de pessoas que são de famílias completamente pretas ou completamente Indígenas. **Ninguém me disse nada sobre raça, sobre quem eu era, e eu não sabia quem eu era naquela época** (Trecho de entrevista com Cecília).

Na história de Cecília, esta narrativa nos indica que havia um olhar dos cuidadores carregados de negação da sua identidade racial. Isso é melhor compreendido por Cecília, quando a mesma ingressa na universidade e depara-se com novos olhares. Esse momento é acompanhado por sentimentos de susto, conflito e injustiça respectivamente, e nos indica que ela não era olhada enquanto negra na infância. As seguintes narrativas ilustram esses sentimentos de Cecília quando se deparou com esses novos olhares que reconheciam sua negritude:

Quando eu entrei por cotas, mas eu não sabia o que isso significava, eu não sabia o porque. Eu tomei um susto e depois eu me senti injustiçada e pensei que tinha que tentar fazer meus direitos acontecerem. Eu comecei a ler e a entender situações que aconteceram comigo e também com meus pais. Minha mãe, ela trabalhou desde os sete anos de idade, ela foi muito humilhada sabe. O meu pai ele chegou em São Paulo com 17 anos e teve que parar de estudar para ajudar os pais dele. É por isso que me sinto injustiçada, foram condições e não opções, condições que não me deixaram entender sobre isso (Trecho de entrevista com Cecília).

Vemos no trecho acima como a questão da pobreza aparece de forma importante na história da família de Cecília. Em alusão à dinâmica do racismo que atravessou suas experiências iniciais na infância e a transmissão de mensagens ligadas ao ser negra, Cecília relata:

Eu lembro que muitas vezes eu tava em casa e **eu ouvia minha mãe ofendendo meu pai de tição**, ofendendo de... **macaco, de coisas racistas literalmente e eu via ele achando graça, eles brincavam de ofender um ao outro**" (Trecho de entrevista com Cecília).

Esse relato nos mostra como Cecília experienciou ao longo da infância o racismo vivido pelo pai, por meio dessa mensagem veiculada pela mãe e na forma

que se estabelecia essa diferença racial entre as figuras parentais. Nesse sentido, podemos pensar sobre essa mensagem, mesmo que implícita, posto que não era endereçada diretamente a Cecília, mas como um código de tradução para o que significa ser negra.

Ainda partindo de narrativas que nos fornecem pistas importantes em alusão a reprodução da lógica racista no interior de sua família, Cecília traz uma história emblemática na qual se depara com a temática racial na escola. Ao reproduzir uma atitude racista no ambiente escolar, ela então descreve a reação dos pais na seguinte passagem:

Eu cheguei em casa e perguntei, falei pros meus pais o que tinha acontecido: “Mãe... pai... **eu não sou racista, eu só não gosto de preto. Como assim, eu não gosto de preto se eu sou preta sabe?**” e **eles riram, todo mundo riu.** Mas falaram: “Não pode! Isso é feio e é crime também, não faça mais!” Mas ninguém me disse nada sobre raça, sobre quem eu era e eu não sabia quem eu era naquela época, enfim, essa é uma das coisas que aconteciam (Trecho de entrevista com Cecília).

Esse trecho nos indica que Cecília não sabia quem ela era, conforme seu próprio relato. Ela não tinha consciência de sua identidade racial, mas o racismo estruturava sua percepção de si mesma e das outras pessoas. Para compreendermos de forma mais apurada essa questão, consultamos o estudo de Schucman (2017), desenvolvido com famílias inter-raciais, em que aborda as formas como a negação é um dos mecanismos psicológicos utilizados por membros brancos dessas famílias. Tal negação aparece na tentativa dos sujeitos brancos lidarem com as tensões advindas da questão racial. Negar a negritude do outro que se ama, pode ser compreendido como um caminho para não lidar com os estereótipos e preconceitos em alusão aos negros. Nesse sentido, os significados se mantêm em relação ao racismo, sem precisarem ser desconstruídos (SCHUCMAN, 2017).

A negação enquanto mecanismo psíquico, pode ser aprofundada à luz da Teoria Laplancheana, no que se refere aos cuidados iniciais realizados pelo adulto. O investimento físico emocional no qual todos, enquanto humanos, vivemos (LAPLANCHE, 1988) comporta diferentes linguagens como gestos, mímicas, olhares e formas de investir. Nestes termos, situa-se para além da linguagem apenas verbal. Podemos pensar então que a negação da negritude da criança pode estar presente desde os primórdios, nos cuidados iniciais recebidos, uma vez que as mensagens

transmitidas a ela estão comprometidas pela lógica social racista e os elementos que compõem o próprio inconsciente do adulto (NOGUEIRA, 1988).

No que se refere à história singular de Cecília, a narrativa nos indica que ela não foi vista e reconhecida enquanto preta. Nesse sentido, é possível pensarmos a negação enquanto um mecanismo psicológico que se sobressai em famílias interraciais (SCHUCMAN, 2017), sendo um dos elementos que permeou os cuidados iniciais da vida de Cecília. Na mesma linha de pensamento, Nogueira (1988) aponta para os desejos e fantasias inconscientes que atuam nas mensagens transmitidas pelos adultos. As formas de investimento físico-emocional podem estar impregnadas pela negação da negritude da criança, e/ou pelo desejo de ter uma criança branca em seu lugar. Isso depende da forma que os cuidadores se relacionam e se apropriaram, em termos subjetivos, de sua própria identidade racial.

Tendo isso em vista, acreditamos ser possível compreender, tendo como alicerce as narrativas citadas, que a constituição narcísica/identitária de Cecília foi marcada pelo racismo dos próprios cuidadores, através dos cuidados iniciais e das mensagens transmitidas. A negação da família diante de sua negritude nos parece uma mensagem que justamente designa a ela uma das construções e imposições sociais que representam um obstáculo no reconhecimento de sua negritude: o lugar do silenciamento, do apagamento da sua existência. Isso indica que a forma de Cecília ser investida era marcada pela negação de sua raça. As formas de olhar, gestos e formas de investir que fazem parte da comunicação adulto/criança (LAPLANCHE, 1988) nos ajudam a pensar como foram sendo, na história de Cecília, marcados pelo não reconhecimento de sua negritude. Isso representou um obstáculo na constituição narcísica de Cecília e na sua identificação com a negritude enquanto uma menina negra.

Isso só mudará mais tarde, quando ela deparar-se com novos olhares ao ingressar na Universidade, aspecto que retomaremos no último tópico do trabalho. Até aqui, acreditamos ser possível compreender que a forma dos cuidadores identificarem a raça negra estava alicerçada na dinâmica racista de negação/apagamento da negritude. Além disso, outras mensagens transmitidas pelos cuidadores, parecem nos indicar a intersecção entre raça e gênero, posto que, nota-se a presença de mensagens contaminadas pelo estereótipo da mulher negra/mulata. Iniciaremos trazendo aspectos de sua relação com a mãe que melhor evidenciam esses estereótipos racistas determinados por papéis de gênero (KILOMBA, 2019).

Sobre a relação com a mãe, que Cecília definiu como “conflituosa”, cabe destacar a seguinte narrativa:

A minha mãe e eu, nós somos um pouco distantes, ela meio que me vê de uma forma estranha, eu nunca entendi a forma que ela me vê, **ela me vê de uma forma meio demonizada eu acho**, por causa da religião dela também sabe. Eu acho que também, **ela foi muito injustiçada pelos próprios pais e ela vê a imagem feminina como uma imagem ligada ao demoníaco** (trecho de entrevista com Cecília).

Tratando sobre a forma como as religiões cristãs apregoavam a imagem feminina no passado, é desenvolvida por bell hooks (2020). Professores brancos religiosos disseminavam ideias de que a mulher era por natureza pecadora, cuja perversidade poderia ser controlada apenas por um ser mais poderoso, o homem branco (HOOKS, 2020). No caso de Cecília, parece que o olhar que a mãe transmitia a ela era carregado pelas acusações e insinuações baseadas nesses atributos de perversidade. Contudo, um dos pontos que singularizam ainda mais sua experiência, é o fato de ser uma menina negra.

Na seguinte passagem, percebemos que Cecília era alvo de constantes acusações e insinuações também pelo pai:

Eu estudava de manhã, trabalhava à tarde e ia para essas aulas três vezes por semana quando dava a noite. Meu pai vivia me ofendendo por causa disso. Literalmente, ele chegou a dizer assim: “Sei bem a trompa que você está tocando” ou então que “flauta você está tocando sabe”. Era nesse nível então, é nesse sentido: ele sempre foi descrente na potência que eu tinha e da minha irmã também, desde sempre (Trecho de entrevista com Cecília).

O trecho de narrativa citado acima propicia uma melhor compreensão das acusações a que Cecília era frequentemente exposta, principalmente mensagens marcadas pela insinuação sexual. Podemos pensar que os olhares que os cuidadores dirigem a ela, são marcados pela acusação de perversidade sexual apontada por hooks (2020), como também pelo estereótipo da mulata enquanto “mulher veneno” (SOUZA, 1983). Nota-se esse olhar dos cuidadores impregnado pela interação entre racismo e sexismo, ou seja, por estereótipos racistas determinados por papéis de gênero, conforme mencionado anteriormente. Isso pode ser observado também no trecho a seguir:

A professora sorteou os colegas e eu tinha que falar como era minha casa uma coisa assim e, enfim, **eu falei pra ele sobre essa carta e ele disse que não, que eu não enviaria carta para macho nenhum**, sabe (Trecho de entrevista com Cecília)

Nessa narrativa acima, fica nítido que Cecília era sexualizada desde a infância. A hipersexualização do corpo negro, enquanto mito (SOUZA, 1983) pode ser pensado como um dos elementos que contribuiu para a sua sexualização precoce, transmitida pelas mensagens e olhar dos cuidadores, na experiência subjetiva de Cecília.

O ódio direcionado às mulheres, violência chamada de misoginia, pode ser compreendida como uma construção sociocultural que tem se perpetuado ao longo de séculos, com seu início na cultura grega e propagado por religiões que por ela foram influenciadas, como o cristianismo (MOTERANI, 2016). A discussão feita por bell hooks (2020), sobre os efeitos do sexismo nas vivências das mulheres negras escravizadas, pontua que existiu uma aliança estreita entre os ensinamentos religiosos e o ódio direcionado às mulheres, ou seja, a autora lança um olhar a construção sócio-histórica da misoginia. Essas discussões trazidas por bell hooks (2020) nos ajudam a compreender a impressão que Cecília tem, quanto a forma que os cuidadores a viram, desde a infância.

Tal olhar foi marcado por uma construção social da imagem feminina como perversa e má, fruto da religião cristã e dos ensinamentos religiosos (Hooks, 2020), mas também pela estreita relação entre percepções racistas determinadas por papéis de gênero. Isso significa que o mito da mulher negra, mulher veneno e “boa de cama”, ou seja, o estereótipo de hipersexualização (Santos, 1983) também estava na base das insinuações sexuais que os cuidadores direcionaram a ela. Nesse sentido, o mito da hipersexualidade negra pode ser pensado como um dos elementos que atravessa o olhar que os cuidadores dirigiram a Cecília.

A seguir, traremos narrativas que demonstram a forma como Cecília era silenciada e/ou invalidada e desvalorizada pelo pai. As mensagens transmitidas a ela, em alusão a intersecção entre raça e gênero, foram marcadas também pela desvalorização e desconfiança e/ou silenciamento. A seguinte citação possibilita perceber as mensagens e formas de investimento afetivo que o pai direcionava a ela:

Hoje eu vi a água do Mar, eu bebi também a água do mar, ela é salgada. Enfim, e aí ele foi e disse, mentira, você não viu, e aí tá, você pode pensar que a partir disso ele estava só brincando mas não, aí eu falei que vi sim e que ela era azul, eu falei pra ele, eu olhei pra água, daí ele disse: “Ah água do Mar era azul! **É mentira**, porque ela é verde e eu já fui no Mar, **então você tá errada** (Trecho de entrevista com Cecília).

Nessa passagem, podemos perceber a forma que o pai desvaloriza/invalida a proposição trazida por Cecília na infância. A forma como o pai não validava suas percepções, pode ser pensada como imbricação das violências racistas e sexistas, como a reprodução na relação com a filha, de uma relação de poder que estrutura nossa sociedade. Esse relato a seguir, nos conduz a uma discussão sobre a função da transmissão psíquica, na reprodução e perpetuação de mensagens e códigos sociais

A minha mãe começou a trabalhar com sete anos de idade, e **nunca teve acesso a uma educação libertadora** sabe, os meus **avós maternos eram muito machistas**. A minha mãe teve uma **criação muito conservadora e ela acaba reproduzindo o machismo sempre** (Trecho de entrevista com Cecília).

Esse relato indica a reprodução e perpetuação da lógica social sexista e machista, através das gerações anteriores de sua família, nesse caso, os avós maternos. Tal narrativa, nos conduz a relevância da noção e marca da transmissão psíquica apontada por Savietto (2006). Nesse caso, o que assume destaque é a herança simbólica da mãe, atravessada pelas formas de investimento em relação com os avós maternos. Isso demonstra a presença da transmissão psíquica e implica no reconhecimento de que a constituição do sujeito é marcada por mais de um outro (SAVIETTO, 2006). Nesse caso, a constituição psíquica de Cecília é também marcada pelas formas de investimento físico emocional dos avós maternos, perpassados pela lógica machista. Essa passagem nos indica que a forma que a mãe foi investida pelos seus avós, vai também atravessar sua própria constituição psíquica/narcísica.

Até aqui, buscamos demonstrar que a transmissão de mensagens em relação a sua identidade racial, na qual propomos ter sido marcada pelo apagamento de sua negritude, foram propagadas através das formas de investimento, olhares que os cuidadores direcionaram a Cecília. Além disso, acabamos de abordar a relação estreita entre estereótipos racistas determinados por papéis de gênero. Essa relação foi percebida através das mensagens que os cuidadores direcionaram a Cecília, pelos olhares da mãe marcados pela ideia de perversidade sexual e pelas constantes

acusações do pai por meio de insinuações sexuais. Em seguida, dando seguimento a análise das mensagens transmitidas a Cecília, iremos pôr em relevo a interação entre preconceito de classe e racismo. As narrativas que serão expostas a seguir, nos indicam a reprodução da lógica social que desqualifica os pobres, assim como constrói estereótipos que interagem intimamente com a negritude. Nesta outra fala de Cecília, seu pai transmite estereótipos e preconceitos em relação a morar na favela e ser favelado:

O meu pai também dizia, quando era negativa a coisa, ele dizia que era coisa de favelado, ele dizia, quando a gente fazia algo que desagradava ele, ele dizia: “Você merece morar aqui, porque você faz coisas de favelada e você mora na favela por isso, você é uma favelada (Trecho de entrevista com Cecília).

Nota-se a transmissão da mensagem carregada de teor negativo do que é ser “favelada e pobre”, uma mensagem caracterizada pela lógica social, mas veiculada na relação com o pai. Nesse sentido, não é a sociedade que emite mensagens e códigos como algo etéreo, sendo estes códigos veiculados através dos outros próximos (LAPLANCHE, 2015). Tais mensagens assumem caráter subjetivante por serem transmitidas por um outro investido de afeto. Isto constitui-se em aspecto muito importante para compreender a reprodução dos regimes de poder que estruturam nossa sociedade.

Tal preconceito de classe é reproduzido pelos cuidadores de Cecília quando estes dirigem um olhar desqualificatório para suas próprias condições de moradia. Este olhar é acompanhado por sentimentos de vergonha. Isso pode ser visualizado na seguinte narrativa:

Eu lembro que meu pai, ele dizia que a gente morava em um “muquifo”. Toda vez que a gente falava sobre levar pessoas, ele falava: “Nossa, mas vai trazer pra essa casa sabe?”. Ele sempre desdenhou muito do lugar onde ele morou, onde ele pagou pra morar sabe (Trecho de entrevista com Cecília).

A mensagem acima, transmitida particularmente pelo pai, está marcada por um olhar desqualificatório para as condições de moradia e pobreza. Esta visão é também reforçada e reproduzida pela mãe, diante de situações em que sentia vergonha de receber visitas em casa. Destaca-se nesta narrativa que mesmo de forma mais implícita, está presente uma responsabilização individual por ser favelada e uma relação de ódio consigo mesmo, ódio que é transmitido para Cecília em forma de culpabilização por seus comportamentos, que conseqüentemente fazem com que ela

“mereça morar na favela”, quase como um castigo, como no trecho em que o pai diz: “você merece morar aqui, porque você faz coisas de favelada e você mora na favela por isso”.

A mensagem veiculada pelo pai (LAPLANCHE, 2015) reproduz justamente a dinâmica social marcada pelo ódio direcionado aos pobres, tendo o estereótipo de favelado ligado a comportamentos inadequados, negativos e incivilizados. Tais estereótipos estão estritamente ligados à lógica de desumanização e animalização. Se faz indispensável neste sentido ressaltar que, dada a importância que assume no nosso trabalho, essa aproximação estreita com a lógica social de animalização da população negra, não é mera coincidência. Como nos lembra Jessé Souza (2017), o ódio ao pobre, reencena o ódio aos escravizados no passado. Na história de Cecília, as narrativas parecem nos indicar que havia a reprodução desse ódio, através da forma como o pai se relacionava e enxergava a condição de morar na favela, que são transmitidas à Cecília.

Tal pressuposto da reencenação do ódio que outrora era direcionado aos escravizados e que agora, é direcionado aos pobres (SOUZA, 2017) tem respaldo no fato que o Brasil se constituiu enquanto uma nação fundada no sistema escravista por três séculos, mais de trezentos anos, conforme abordado no início do nosso trabalho. Nesse sentido, o preconceito de classe não pode ser desvinculado do preconceito de raça no Brasil (SOUZA, 2005), pois existe uma intersecção sócio-histórica entre esses dois eixos de opressão. A história trazida por Cecília ilustra o sentimento de vergonha da mãe em alusão às condições de moradia:

Minha mãe começou a passar mal. Começou a cair a pressão dela, ela começou a passar muito mal. E aí eu tive que chamar a Amanda que na época era nossa vizinha. Ela tava muito mal, quase desmaiando e mesmo assim, **ela pediu que não chamasse a Amanda, que não era pra ver a casa dela** (Trecho de entrevista com Cecília).

Podemos pensar nessa história como mais uma mensagem que foi transmitida em relação a casa na qual morava, marcada novamente por um olhar desqualificatório. Na passagem a seguir ela relata como simbolizou essas experiências referentes às condições de moradia: “Foi assim que acontecia e **entendia que aquele lugar não deveria ser apresentado para ninguém**” (trecho de entrevista com Cecília).

Em virtude do exposto até aqui, podemos pensar que a lógica social foi transmitida para Cecília a partir da relação com os pais, principalmente no que se refere a ser mulher negra pobre. Quanto a ser pobre, percebemos a desqualificação, principalmente no que tange às condições de moradia. Além disso, as mensagens que o pai transmitiu a Cecília nos indicam, mesmo que de forma implícita, uma relação de ódio consigo mesmo, ódio que pode ser evidenciado quando diz: “Você merece morar aqui, porque você é favelada”). Conforme já mencionamos, as mensagens transmitidas pelo adulto para a criança estão comprometidas com seu inconsciente, por seus desejos e fantasias que estão alicerçados no contexto sócio-histórico cultural (LAPLANCHE, 2015). Podemos pensar nessa mensagem do pai de Cecília como resultado da interiorização dessa dinâmica social marcada pelo ódio e pela responsabilização dos pobres pela sua própria condição.

O olhar que os cuidadores direcionaram para condição de pobreza, reproduzindo a dinâmica social, foi marcando a constituição narcísica de Cecília, bem como fornecendo códigos de tradução em relação a sua própria condição. Em termos de relação com o outro, ou seja, intersubjetiva, podemos pensar que isso se desdobrou em um nível de sofrimento no encontro com sujeitos de outra realidade socioeconômica. A escola é um dos contextos onde isso aparece de forma nítida.

Com o intuito de pensarmos como se sucedeu a relação com o outro na escola, marcada pela diferença de classe e raça, a seguir, trataremos aspectos da sua socialização escolar. A referida escola era constituída predominantemente por alunos e professores brancos de classe média. A seguinte narrativa nos conduz a postular que às mensagens transmitidas pelos cuidadores, pautadas em um olhar desqualificatório para o ser pobre, se desdobrou, em termos subjetivos, em sentimentos de vergonha na escola.

Eu ficava com vergonha quando eles me perguntavam por que eu não comparecia, faltava tanto e porque tinha notas baixas e não estudava. Aí, no início da manhã, era toda vez, vendo meu pai ir trabalhar a pé, às vezes na chuva para o trabalho dele e eu não conseguia resolver esse tipo de problema (Trecho de entrevista com Cecília).

O que gostaria de destacar nessa passagem, é que parecia ser muito difícil pra Cecília falar sobre sua condição de classe na escola. As mensagens transmitidas pelos cuidadores, podem ser pensadas como base para a dinâmica psíquica de Cecília, marcada pela vergonha na relação com professores e colegas. Entretanto,

outros elementos presentes nesse ambiente escolar, constituído predominantemente por professores e colegas brancos de classe média, nos indicam que havia uma exclusão e desconsideração de seu contexto social. Tal pressuposto de exclusão e desconsideração, está alicerçado nas experiências que Cecília relatou, marcadas pela exposição de sua condição e por constrangimentos. Tais experiências têm como base a responsabilização individual de Cecília, por não conseguir frequentar a escola e obter bom desempenho.

Esta responsabilização individual é perceptível nas mensagens transmitidas pela escola, mensagens tais que também reproduzem a lógica social. Na seguinte narrativa é possível observarmos como a escola protagonizou a exposição e desqualificação das condições sociais de Cecília:

Algun professor contou para a toda classe que eu não estava indo porque eu não tinha dinheiro para pegar ônibus pra escola. Aí um garoto uma vez, numa competição de futebol do outro lado da quadra gritando me perguntou... perguntando se eu não estava indo porque eu não estava conseguindo pagar condução. Se ele quisesse realmente saber ele teria perguntado só para mim pessoalmente, mas ele gritou isso sabe? **Era um motivo de risada naquele momento** [choro] (Trecho de entrevista com Cecília).

Podemos observar que havia uma exposição por parte dos professores e dos colegas por meio de chacotas e risadas, conforme nos aponta Cecília. Tal dinâmica também assume uma semelhança estreita com a discriminação racial, nesse sentido, acreditamos ser possível articular com as discussões feitas por Grada Kilomba (2019) sobre políticas espaciais e racismo.

Na exposição do outro racial, o sujeito branco sente prazer na sua exposição (KILOMBA, 2019), nesse caso, o sujeito branco é o colega de Cecília que pergunta, aos gritos, se ela não tem dinheiro para pagar a condução até a escola. A expectativa de que a Outridade responda suas perguntas, em qualquer lugar, revela uma reencenação colonial na qual o sujeito branco se coloca na posição de autoridade absoluta, o senhor. Nesse sentido, o sujeito negro torna-se alvo do olhar branquitude, que se permite dirigir-se e questionar, a qualquer momento e lugar a negritude (KILOMBA, 2019). Sugerimos que a mesma dinâmica pode ocorrer com os pobres, principalmente quando se é negro. Na história de Cecília, esse lugar foi a escola na qual, é possível perceber que ela se tornou alvo de humilhações e desqualificações.

Ela passa então a ser motivo de exposição e risadas na escola. Atitudes como essas nos indicam que não havia nenhum tipo de empatia por parte de colegas e

professores em relação a sua condição. Além disso, outro aspecto importante de ser destacado, é a dinâmica dos professores de a colocarem para “fora” daquele espaço, sendo inclusive, convidada a retirar-se da escola. Tais atitudes, estavam alicerçadas na responsabilização individual de Cecília e podem ser abordadas por nós, tendo novamente como alicerce teórico-conceitual a relação entre racismo/classismo e políticas espaciais.

Para continuarmos discutindo sobre possíveis elementos que estão na base das violências que Cecília sofreu na escola, podemos lançar mão das relações entre racismo, classismo e território. Grada Kilomba (2019) faz alusão a novas formas de racismo ligadas a diferenças culturais e religiosas. Essas formas de racismo contemporâneo surgem pela transformação das noções de base biológica para noções de base cultural como forma de hierarquizar diferenças.

No caso de Cecília, vale ressaltar, novamente, que não se trata de qualquer escola, mas de uma escola, predominantemente branca de classe média na qual ela, enquanto pobre e preta, estava inserida. Assim como Kilomba (2019) traz no relato de sua entrevistada, o inquérito repetitivo que a mesma enfrenta sobre suas origens territoriais, sendo colocada como não pertencente à nação alemã; no caso de Cecília, atitudes semelhantes são direcionadas pelos professores, sendo colocada como não pertencente à escola. A passagem a seguir nos indica que Cecília é colocada para fora do ambiente escolar.

Várias professoras vieram para mim e disseram: “Porque você está aqui, você não frequenta as aulas, você não tenta fazer parte, você não se esforça para ter boas notas, por que você está aqui? Por que você não desiste?” Isso foi logo no começo, no primeiro ano [choro] (Trecho de entrevista com Cecília).

Nas formas de racismo contemporâneo não há lugar para diferenças. O racismo e o classismo são demonstrados em termos de territórios (KILOMBA, 2019). Territórios também podem ser espaços como o ambiente escolar. Isso significa que a relação entre racismo, classismo e os territórios determinam quem pode frequentar os locais sem ser interpelado, observado, questionado.

No caso de Cecília, acredito que uma dinâmica próxima ocorre na escola. Não há lugar para ela na escola, não há lugar para a diferença. Ela então é convidada, por professores brancos de classe média, a retirar-se desse espaço, pois segundo as suas percepções – limitadas à sua raça e classe – a mesma não se esforça para pertencer

e obter boas notas, conforme nos indica a última narrativa. Diante desse cenário, no qual sua experiência enquanto pobre não tinha espaço, ela sai da escola, mas se culpabilizando por tal circunstância. Isso evidencia uma interiorização das mensagens que a escola, como alteridade, lhe transmitiu. Mensagens marcadas pela culpabilização e fracasso individual.

Depois de um tempo eu desisti da ETEC, já não fazia mais sentido. As pessoas eram horríveis comigo, eram pessoas de classe média a maior parte, eu não me identificava com ninguém. Aquele tempo foi muito difícil por conviver com pessoas de realidades diferentes. Muitas vezes ouvia garotas conversando sobre o que a babá delas fazia e a minha mãe sempre foi a mulher que estava limpando a privada dos outros, literalmente, sempre, pra conseguir dar uma vida digna pra gente e mesmo assim não conseguia, então eu ficava muito revoltada com tudo aquilo e decidi sair no segundo ano (Trecho de entrevista com Cecília).

Diante das violências classistas e racistas, foi gerada uma responsabilização individual, levando Cecília a retirar-se da escola, sentindo-se responsável e culpada por isso. Era difícil demais se manter em uma escola, na qual professores e colegas não consideravam seu contexto nem o reconheciam enquanto uma realidade, sendo totalmente invisibilizado.

Este abandono escolar, pode ser compreendido pelas violências que Cecília sofreu na escola, espaço que não reconhecia suas dificuldades de locomoção e acesso à mesma, por não ter dinheiro para pagar o ônibus. A mesma dificuldade era consequência de problemas ambientais e estruturais da comunidade, como lemos nestes dois trechos de seu relato:

Eu morava em uma rua onde é periferia, então não tem nada, **não tem rua asfaltada, não tem água encanada, não tem nada**. Então já tinha uma dificuldade de locomoção (Trecho de entrevista com Cecília).

Eu morava num... eu moro, em um bairro que é periferia é muito marginalizado. Uma rua de terra em cima de um morro, então toda vez que chovia tinha muita lama e ficava muito escorregadio, e às vezes eu não conseguia ir pra escola, então toda vez que chovia eu tinha que descer e pegar ônibus, às vezes eu caía e escorregava e não tinha como ir. (Trecho de entrevista com Cecília).

As condições precárias do bairro no qual morava motivaram Cecília a se candidatar para ingressar nessa escola de Ensino Técnico Integrado, cujo curso que escolheu representava sonhos e a esperança de transformar o lugar onde vivia:

Quando eu entrei pro curso de Meio Ambiente, que foi o curso que eu escolhi, **eu achava que eu ia poder mudar o mundo** sabe, é aquele sonho maravilhoso da juventude ingênua e eu achava que eu ia sei lá, despoluir o

Rio Tietê sabe (risos), **que eu ia fazer programas ambientais pro meu bairro, ia conseguir trazer maior qualidade de vida para minha comunidade, onde eu sempre vivi, e pra minha mãe, pro meu pai.** (Trecho de entrevista com Cecília).

Isso nos indica que havia um sonho atrelado ao ingresso nessa escola. Sonho baseado em uma melhoria nas condições de vida da família e da comunidade, o coletivo no qual ela estava inserida. Isso nos conduz a compreender que a sua presença na escola e conclusão no curso Técnico de Meio Ambiente, representava algo muito importante pra ela. Não se tratava, portanto, de descaso com a escola ou falta de esforço para fazer parte, pois conforme indica Cecília, ela via o pai ir a pé para o trabalho na chuva, enquanto ela aguardava o ônibus. Havia um esforço do pai, que abria mão da sua própria condução para que ela pudesse acessar a escola. É isso que ocorre no interior das famílias pobres, uma pessoa precisa abrir mão para que outra tenha algum acesso.

A exclusão e ridicularização que Cecília sofreu no contexto da escola podem ser pensadas como alicerçadas na ideologia neoliberal e capitalista, que é a atual visão social hegemônica. Assim sendo, ter um bom desempenho escolar está ligado ao esforço individual e ao mérito. Cabe lembrar, que tal ideologia é transmitida na relação com o outro. Nesse sentido, gostaríamos de lembrar que a interiorização dessa lógica se dá mediada pela relação com o outro, principalmente através de vínculos significativos. Trata-se de uma visão neoliberal hegemônica que impera na lógica social, mas que só assume caráter subjetivante através das relações afetivas, de sua interiorização a partir de modos específicos de investimentos em si e no outro. Nesse caso, a escola transmite e reproduz tal concepção dominante, da mesma forma que o pai, reproduz uma lógica de desqualificação e ódio em alusão a ser pobre.

Dando seguimento a análise dos resultados, podemos pensar que a ideologia social dominante, marcada pela visão neoliberal/capitalista, é o que está na base das mensagens transmitidas pelos cuidadores, marcadas pela desqualificação da pobreza e suas condições de moradia, como também pela escola, caracterizadas pela responsabilização individual de Cecília. Além desses aspectos, a imagem que ela constitui de si mesma (Eu), parece estar alicerçada na negação/ apagamento de sua identidade enquanto menina negra e nas acusações de insinuações sexuais como aspectos importantes que atravessaram as formas de investir nela dos cuidadores. Tais mensagens, podem ser compreendidas como efeitos específicos da sua condição enquanto menina negra pobre. Tais elementos que alicerçaram a relação

com cuidadores e escola, estão marcados pela reprodução da lógica social racista e neoliberal/capitalista. Em face das discussões apresentadas até aqui, tendo compreendido os elementos que marcaram a constituição do Eu de Cecília, buscaremos discutir sobre a construção do seu Ideal de Eu.

6.3 A constituição do eu e o Ideal de Ego

“Se eu era tão feia assim eu tinha que me sobressair em algum aspecto...e eu queria me sobressair no aspecto da inteligência. [...] Eu queria ser como ela em todos os sentidos, inteligente, saber falar, ter dinheiro, ser branca basicamente! Que no Brasil, pra você nascer assim, tem que ter nascido branca basicamente, é quase regra. É muito difícil olhar isso sem desdenhar da minha visão, porque eu via ela como a mulher perfeita, ela era perfeita pra mim”(Trecho de entrevista com Cecília).

As narrativas acima, em consonância com outros relatos de Cecília quanto à imagem de si, vão nos indicando elementos para pensar a constituição de um Ideal de Eu alicerçado na branquitude, principalmente no que tange a aspectos ligados à beleza e inteligência. Antes de destacarmos as narrativas que nos fornecem alicerce para tal construção/interpretação, gostaríamos de retomar alguns pressupostos teóricos que não podemos perder de vista, dada relevância para nosso trabalho.

Gostaríamos de retomar que são as mensagens transmitidas na relação com o outro, nesse caso, as mensagens de designação impostas pelo social, que constituem o próprio narcisismo de Cecília. Nessa mesma perspectiva, postulamos que a construção do seu Ideal de Ego é também alicerçada nas mensagens que são transmitidas pelos outros com os quais se tem uma relação significativa.

Nesse ínterim, buscaremos demonstrar e propor como o Ideal de Ego da participante pode ser compreendido à luz das mensagens transmitidas pelo outro e comprometidas pela lógica social. Em seguida, iremos subsidiar nossas construções/interpretações em narrativas que indicam a formação do Ideal de Ego tendo como um dos seus elementos a questão do ideal da branquitude.

Tal construção tem como base um aspecto importante na história de Cecília: a presença de uma madrinha branca. Essa mulher branca de classe média era patroa

da mãe que trabalhava como empregada doméstica em sua casa. Essa mesma mulher tornou-se madrinha de Cecília, devido a uma relação marcada por uma tripla dimensão de poder. Esse triplo fardo (KILOMBA, 2008) expôs Cecília a situações de violência advindas da intersecção entre classe, raça e gênero. A mãe que trabalhava como empregada doméstica precisava deixar ela e a irmã sob os cuidados dessa mulher. Cabe colocar que tal mulher branca, de classe média, a qual Cecília chama de ex-madrinha, representava, principalmente na infância, alguém que ela admirava, alguém com o qual ela gostaria de se parecer no futuro. Tentaremos evidenciar como a construção do Ideal de Eu de Cecília foi alicerçada nessa relação, através da **idealização e identificação** com essa mulher branca.

Tal idealização e identificação é fruto das experiências iniciais com o outro. Desse modo, para Jurandir Costa (1983 *apud* SOUZA, 1983), o Ideal de Ego é formado a partir de imagens e palavras, representações e afetos que circulam pela relação entre criança e adulto, entre sujeito e a cultura. A sua função, em casos ideais, é favorecer o surgimento de uma identidade do sujeito, compatível com os investimentos eróticos do seu corpo e com seu pensamento.

Nesse sentido, o Ideal de ego assume um caminho indispensável na relação com os outros e com o mundo. Entretanto, no que concerne aos sujeitos negros, o modelo sociocultural imposto é centrado na branquitude. Assim, as identificações normativas-estruturantes com as quais os negros se deparam são de um fetiche: o fetiche do branco e da brancura. Tal fetiche refere-se a atributos positivos, como nobreza estética, sabedoria científica e, principalmente, sujeitos universais e essenciais (COSTA, 1983 *apud* SOUZA, 1983). No que tange à história de Cecília, algumas narrativas nos indicam que o mito da brancura, conforme sugerido por Costa, pode estar na base da idealização e posterior identificação com a ex-madrinha.

Para Neusa Souza (1983) o contexto familiar é o primeiro lugar onde a ação constitutiva do Ideal se desenrola. Mais tarde, é a escola, a rua, o trabalho, entre outros, como espaços secundários e plenos de novas experiências, que o Ideal de Ego – cujos pilares mestres já foram erigidos – encontra ocasião de consolidar-se, adquirindo significado e modelo Ideal para o sujeito. No caso de Cecília, sugerimos que as vigas mestras de seu Ideal de Ego, pautadas na idealização e posterior identificação com as figuras parentais, encontravam-se fragilizadas.

Isso porque o pai era uma figura de medo para ela na infância, enquanto a mãe era alguém que ela enxergava como fraca por não a proteger:

Eu sentia de verdade que essa era a minha **escapatória**, porque meu pai ele era uma **figura de medo pra mim na infância**, então... eu achava que iria acabar todo o sofrimento quando a gente fosse embora, mas depois de alguns anos dela repetindo a mesma coisa, **eu comecei ficar frustrada com ela**, eu **lembro de achar ela muito fraca**, **achava ela muito fraca** porque ela dizia aquilo várias vezes e não fazia nada, ela continuava com o meu Pai, tudo continuava igual (Trecho de entrevista com Cecília).

Essa narrativa nos indica que era difícil para Cecília colocar os pais nesse lugar de idealização. Nesse sentido, parece que havia uma fragilização na identificação com as figuras parentais. Além disso, era complicado colocar os pais em um lugar de Ideal, tendo em vista que as próprias mensagens que os cuidadores transmitiram a ela eram marcadas pela desqualificação da própria condição de vida e da pobreza.

Tendo em vista que as figuras parentais estavam fragilizadas no processo psíquico de idealização de Cecília, sugerimos que é em um espaço secundário que seu Ideal de Ego passa a consolidar-se e assumir significado enquanto um Ideal: a casa da patroa da mãe, que se tornou sua madrinha. Apesar de haver uma relação de poder inegável imbricada nessa relação, advinda da sua condição enquanto uma menina negra e pobre, tal relação perdurou ao longo da infância e adolescência de Cecília e as narrativas parecem nos indicar que havia um vínculo afetivo entre ambas e uma idealização dessa mulher branca.

A seguir, iniciaremos trazendo as narrativas que nos indicam a construção de um Ideal de Ego tendo como base a relação e idealização com essa mulher branca.

Nossa eu via ela como uma mulher linda... eu olhava pra Amanda e eu admirava muito ela porque eu achava que ela era uma mulher forte, poderosa porque ela tinha dinheiro (deboche), eu via ela falando e sentia admiração, eu me sentia admirada diante dela (Trecho de entrevista com Cecília).

Podemos pensar que essa admiração e idealização advém da articulação entre raça e classe: uma mulher branca de classe média – estereótipo reproduzido socialmente como ideal.

A minha mãe ela não teve ensino, ela não conseguia obviamente saber das coisas que a Amanda sabia, uma mulher que teve ensino até a quarta série em relação a uma pessoa que teve graduação sabe? É muito diferente. **Eu via ela como alguém que eu queria ser no futuro** (Trecho de entrevista com Cecília).

Tal passagem nos indica a presença de uma identificação com o objeto idealizado, nesse caso, a madrinha branca. Isso fica mais evidenciado quando ela traz que gostaria de ser como essa mulher branca no futuro e destaca os atributos/qualidades que via na imagem dela na infância. Tal idealização não ocorria com a mãe, o que ficava mais nítido na comparação que ela fazia entre ambas. A idealização/identificação pode ser compreendida como:

Processo psíquico pelo qual as qualidades e o valor do objeto são levados a perfeição. A identificação com o objeto idealizado contribui para a formação e para o enriquecimento das chamadas instâncias ideais da pessoa, ego ideal, ideal de ego (LAPLANCHE; PONTALIS, 2000, p. 143).

No que concerne à experiência de Cecília, sugerimos que o objeto idealizado seria a madrinha, conforme suas narrativas. Um dos aspectos indicados nessa passagem é a relação estreita entre idealização/identificação como aspecto fundamental na formação do Ideal de Ego. A possibilidade de identificação com o objeto idealizado serve, então, de alicerce para a construção e enriquecimento do Ideal de Ego como instância. Desse modo, a idealização pode ser compreendida como processo psíquico necessário que faz parte da própria constituição do ideal de ego e pressupõe, mais tarde, uma identificação com o objeto idealizado (LAPLANCHE; PONTALIS, 2000), nesse caso, a madrinha branca.

Tal construção é proposta porque algumas narrativas nos indicam que a idealização/identificação com as figuras parentais, no caso de Cecília, encontravam-se fragilizadas, conforme já mencionado. Além disso, havia uma comparação entre a mãe e a madrinha, o que pode ser observado na narrativa anterior e na seguinte.

Nesse sentido, embora Freud (2004) pontua que as qualidades e atributos incorporados pelo processo de identificação e formação do Ideal de Ego seriam fruto das imagens idealizadas e interiorizadas das figuras parentais, um dos aspectos fundamentais da identificação é a presença de laço afetivo/emocional. É consenso a compreensão da identificação como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa (GUIMARÃES; CELES, 2007).

Pensando na existência desse laço emocional entre Cecília e a ex-madrinha como condição necessária para a identificação, encontramos indicações em suas narrativas de que tal laço existia.

Ela também contava muito sobre histórias assim, que ela sofreu quando a mãe dela tinha, ela tinha um padrasto que maltratava muito ela e ela ficou grávida muito cedo, 17 anos eu acho, e foi de um estupro, então, por parte do namorado dela, **então eu via ela também como uma fonte de resistência** sabe... até porque **minha mãe nunca me contava** sobre os problemas que ela passava sabe (Trecho de entrevista com Cecília).

Nota-se novamente a comparação entre mãe e a madrinha branca, o que, mais uma vez, nos indica que a mãe não era vista como tendo atributos ideais. Em contrapartida, essa mulher branca era alguém que lhe contava episódios de sua história de vida. Dessa forma, supomos que havia a presença de um vínculo afetivo, mesmo que atravessado por uma dimensão de poder, conforme veremos adiante. Tal vínculo é condição necessária para que essa madrinha branca fosse um modelo identificatório para Cecília.

Tanto é que **eu comecei a ter noção estética de elegância por causa dela**, porque ela se vestia muito bem, cheia de coisas que ornamentavam a vestimenta dela e eu achava tudo muito bonito, **eu queria ser igual a ela** (Trecho de entrevista com Cecília).

Novamente, percebemos o desejo de ser igual a essa mulher branca, de obter satisfação pela realização do Ideal de Ego (FREUD, 2004) e/ou aproximação, principalmente no que concerne ao padrão de beleza centrado na branquitude e nas condições financeiras. Como vimos, um dos atributos do fetiche da brancura, refere-se à nobreza estética (SOUZA, 1983).

Sobre a dinâmica do Ideal de ego, Freud (2004) ressalta que a satisfação é obtida pela realização desse ideal:

Mas eu ao mesmo tempo que queria ser igual a ela eu não me via com a possibilidade de ser igual a ela... **até porque ela era branca, ela era o que se tem por beleza sabe, ela é uma mulher muito bonita, mas ela é também o padrão europeu de mulher bonita sabe** (Trecho de entrevista com Cecília).

Entretanto, nesse caso, havia uma consciência da não possibilidade de realização, o que é demonstrado nessa passagem quando ela afirma que embora seja bonita, ela é o padrão europeu de mulher bonita. Tal tomada de consciência ocorreu mais tarde, no ingresso na universidade, abordaremos esse aspecto mais adiante.

Diante do exposto até aqui, acredito ser possível indicar que havia um laço afetivo entre Cecília e a ex-madrinha, o que possibilitou a identificação com essa

mulher branca e a construção do Ideal de Ego alicerçado nessa relação que reproduz a lógica social. Nesse sentido, podemos pensar que os aspectos ligados à inteligência e a beleza são alguns dos elementos que constituem o Ideal de Ego de Cecília. Tais ideais estão alicerçados na branquitude enquanto ideal de beleza e intelectualidade, sendo essa mulher branca idealizada por Cecília, principalmente no que tange aos aspectos mencionados.

A seguir, traremos situações que ilustram a dupla relação de poder que se estabelecia entre Cecília e a ex-madrinha para discutirmos a dinâmica de subalternidade que permeava essa relação.

6.4 Constituição do Eu e as violências advindas da intersecção dos eixos

“Quando eu tinha 10 anos ela começou a fazer faxina na casa dessa mulher, a Amanda, ela é formada em Odontologia, é branca, vem de uma família branca e filha de classe média desde sempre. [...] Ela basicamente deixava eu e minha irmã cuidando dos filhos dela, era isso sabe, e resolveu me batizar entre aspas **porque o que a gente fazia era basicamente serviço gratuito para ela.** [...] Uma criança normal ia querer brincar com outras crianças do mesmo tamanho mas **a gente precisava de dinheiro e minha irmã tava tendo a oportunidade de trabalhar** pelo dinheiro dela, entre aspas. Era essa **questão implicada sabe de fingir que é quase da família, tratar como uma agregada**”(Trecho de entrevista com Cecília).

Iniciamos as discussões apresentadas nesse tópico com os relatos de Cecília porque eles nos indicam dois aspectos: por um lado, a tomada de consciência da relação que vivenciou na infância e adolescência, marcada pela interligação dos eixos de opressão. Cecília não é apenas pobre, é uma **mulher negra pobre**. Isso significa que, além de estar submetida a uma relação de poder marcada pela subalternidade de sua condição enquanto pobre, ela é uma mulher negra, o que singulariza ainda mais suas experiências de violências advindas da imbricação da sua condição.

Na seguinte passagem, consideramos pertinente destacar dois pontos principais acerca da adultização das crianças pretas, em especial, as meninas negras que passam a ser desumanizadas pela anulação de suas infâncias.

Ela era a ama de leite de hoje que fica com a criança, que cuida, que limpa, que organiza que limpa a bagunça, que ajuda a fazer comida e tudo **só que nessa relação não tem só o dinheiro tem tipo “Ah pra mim você é da família** (Trecho de entrevista com Cecília).

Nessa passagem, Cecília se refere à irmã que, na infância, trabalhava como empregada na casa dessa mulher branca. A seguinte narrativa nos indica que uma dinâmica semelhante ocorria com ela:

Com o tempo eu fui percebendo que eu não era igual, sabe, com **aquelas pessoas**, tinham festas na casa dela de aniversário do João Pedro e eu ficava brincando, tinha outras crianças da minha idade que eram da família deles e eles, eles não eram amigos nossos sabe. **A gente só tinha convívio com aquelas duas crianças muito menores do que nós** então (Trecho de entrevista com Cecília).

Ao encontro dessa colocação que nos ilustra uma dinâmica de subalternidade com essa mulher branca, Kilomba (2019) faz alusão a episódios de racismo que demonstram o entrelace entre racismo e gênero. A autora denomina essa forma de racismo definido por papéis de gênero como “racismo genderizado”. Na análise de narrativas que ilustram a interação entre os dois eixos de opressão, Kilomba (2019) traz o episódio de uma menina que tinha entre 12 e 13 anos e foi solicitada, em uma consulta médica cotidiana, sem ter nenhum tipo de vínculo prévio com o médico, a ir com sua família em uma viagem para lavar as roupas da família e limpar sua casa. Nas palavras da autora:

Nesse cenário, a jovem menina não é vista como uma criança, mas como uma servente. O homem transformou nossa relação médico/paciente em uma relação senhor/servente: de paciente eu me tornei a servente negra, assim como ele passou de médico a um senhor branco simbólico, uma relação dupla (KILOMBA, 2019, p. 93).

Tal citação nos fornece base para compreender que uma situação semelhante de racismo genderizado, como definido e ilustrado por Kilomba (2019) nesta história, ocorreu na experiência subjetiva de Cecília. Isso porque a madrinha, patroa da mãe, transformou – assim como o médico branco – a relação madrinha/afilhada em

patroa/servente. O que nos parece diferir é a relação afetiva que parecia existir entre ambas, um processo de tratar como agregada da família, conforme mencionado pela própria Cecília. Mas, em termos de semelhanças, as duas experiências são muito próximas e podem ser compreendida à luz do racismo genderizado, fruto do entrelaçamento entre racismo e gênero, uma vez que as construções racistas tem como alicerce papéis de gênero (KILOMBA, 2019) portanto, os dois eixos tornam-se inseparáveis.

Tal semelhança pode ser observada no relato a seguir, no qual é indicado essa transformação da relação em alusão a irmã de Cecília que é colocada no papel de ama de leite moderna:

Ela parecia uma pessoa muito boa, ela começou a falar com a gente, conversar, dar café e a gente brincava com o filho dela que era uma criança, a gente adorava o filho dela, brincava por horas **até que em um momento ela perguntou pra minha mãe se queria que a Bianca fosse babá do João Pedro se ela deixava**, porque ela ia começar a ter que fazer algumas coisas e ela não queria ficar tanto tempo assim (Trecho de entrevista com Cecília).

Tal relato nos indica que podemos pensar em uma lógica de reencenação do passado histórico, uma dinâmica de subalternidade baseada na relação patrão/servente e na adultização e desumanização das crianças negras. Para Kilomba (2008), nesse cenário a criança negra não é reconhecida em sua integridade e humanidade, pois é colocada em uma posição adulta que pode ser explorada. No caso de Cecília e da irmã parece ter ocorrido a mesma violência de não serem olhadas como crianças, mas adultizadas e colocadas em uma posição de serventes.

Um processo semelhante de reencenação de papéis ocorre no início da adolescência de Cecília, na transformação da relação de madrinha/afilhada para senhora/mulata. Tal passagem também pode ser compreendida como uma reatualização do passado histórico:

Eu comecei a entrar na puberdade e eu lembro que meus peitos estavam crescendo e eu comecei a ficar com o quadril largo, essas coisas. Ela começou a sentir ciúmes de mim, eu lembro disso, ela... eu dormia na casa dela frequentemente eu e minha irmã e ela começou tipo a falar pra eu vestir coisas mais confortáveis sabe (Trecho de entrevista com Cecília).

Na adolescência, momento em que ocorrem inúmeras transformações do corpo, Cecília é colocada nessa posição de mulata que, de repente, pode representar um risco à integridade do casamento dessa mulher branca. Para Neusa Santos Souza

(1983), o estereótipo da mulata, refere-se a uma mulher “veneno”, a melhor na cama, a sensual. Tal mito é marcado pela hipersexualização das mulheres negras (SOUZA, 1983), o que parece estar na base do olhar que a ex-madrinha de Cecília dirige a ela, momento que ela passa a representar uma ameaça para seu casamento.

A seguinte narrativa nos indica de forma mais evidente a ameaça que Cecília passa a representar no início da adolescência. Ao transformar a relação madrinha/afilhada em senhora/mulata, essa mulher branca passa a vislumbrar em Cecília os atributos relacionados a esse:

Eu lembro que ela me chamou atenção assim, me chamou de canto e falou “olha eu não quero que você use mais essa camisola porque quando você agacha aparece seus peitos e pra você pode não parecer mas só que isso pode deixar o David...”, pode sei lá o que, não lembro direito o que ela falou. Só sei que ela basicamente disse que o David poderia se interessar né, e sabe como os homens são eles só pensam em sexo (Trecho de entrevista com Cecília).

Sobre esse último relato, Cecília pontua que foi nessa época que ela começou a desconfiar/incomodar-se com a madrinha, dando início a um processo de tomada de consciência.

Daí eu olhei assim e disse tudo bem, **fiquei muito envergonhada**, daí comecei a achar tudo muito estranho, **foi naquela época que eu comecei a ficar incomodada com ela**, só que ainda assim demorou muito tempo, porque eu tinha 13 anos, 14 por aí quando isso aconteceu, mas eu fui me afastar completamente dela com 17, 18 (Trecho de entrevista com Cecília).

Esse momento, que marca o início do processo de tomada de consciência, pode ser melhor demonstrado na passagem a seguir:

Eu comecei a reparar que era muito conveniente pra Amanda ser próxima de nós nesse sentido e que ela nos chamava para momentos muito convenientes para ela também. Enfim, mas **houve um momento em que eu acreditei muito nela como uma pessoa boa, mas obviamente ela não estava interessada em nada além de tirar proveito daquela situação** que a gente tinha enfim... é isso basicamente (Trecho de entrevista com Cecília).

Essa última narrativa, assim como outras que serão posteriormente destacadas, demonstram um processo de tomada de consciência por parte de Cecília. Tal tomada de consciência, em termos psicanalíticos, pode ser compreendida como uma retradução das mensagens transmitidas por seus cuidadores e reforçadas pelas experiências na escola e na relação com a madrinha/patroa, mensagens que

evidenciam a relação estreita entre preconceito de classe e racismo, bem como estereótipos racistas determinados por papéis de gênero. Tal retradução põe em relevo um processo de reorganização narcísica, impulsionado pela aquisição de conhecimento, enquanto novos códigos fornecidos pela cultura, pelas possibilidades de trocas e criação de vínculos afetivos alicerçados em formas diversas de vivenciar a classe, a raça e o gênero. É com base nesse movimento de reapropriação subjetiva de Cecília que lançaremos nossa próxima discussão.

6.5 Dos auxiliares de tradução a transformação do Eu

“Eu considero que os amigos que eu fiz não só aqui em Pelotas, mas em São Paulo também como principais, primordiais na construção de quem eu sou hoje. [...] Geralmente sempre tive essas pessoas como amigas, **pessoas que eu tenho esse espaço de troca e de crescimento constante**”(Trecho de entrevista com Cecília).

A discussão que buscaremos empreender a seguir refere-se ao movimento de reapropriação subjetiva de Cecília, processo que pressupõe a criação de novos vínculos e novas possibilidades identificatórias. Tal movimento vai ser abordado por nós em articulação com pressupostos teóricos/conceituais de Laplanche (2015) sobre os assistentes de tradução. Na adolescência, ocorre a exploração de espaços públicos como o centro cultural de sua cidade, a Biblioteca Pública de São Paulo e seu ingresso na universidade. Esses espaços foram fundamentais para criação de novos vínculos e novas possibilidades identificatórias, proporcionando seu encontro com outros códigos fornecidos pela cultura.

A seguir, iremos apresentar alguns pressupostos psicanalíticos sobre a adolescência e iremos pensá-la como fase em que se deu o início de um trabalho de retradução das mensagens que alicerçaram sua constituição narcísica. Da relevância desse aspecto teórico/conceitual da adolescência em nosso trabalho, iremos abordar, de forma resumida, a exigência e necessidade do estabelecimento e criação de novos vínculos e de novas possibilidades identificatórias.

Nessa perspectiva, é preciso que o adolescente aposte no seu próprio vir a ser. Esse processo de afastamento saudável/parcial das figuras parentais é fundamental

no que Savietto (2006) denomina de remanejamento do referencial identificatório. No caso de Cecília, suas narrativas nos indicam que esse movimento de criação de novos vínculos e novos modelos identificatórios ocorreu através da sua inserção e inclusão em espaços públicos, mediados pela cultura, pelo acesso a novos códigos e pelas possibilidades de troca e vínculo com pessoas que vivenciavam modos de investimento em si e no outro diversos dos seus.

Laplanche (2015) denomina tais códigos culturalmente fornecidos como “assistentes de tradução”. Antes de adentrarmos a discussão, gostaríamos de retomar que as mensagens enigmáticas (comprometidas com o inconsciente de quem transmite e, assim, com o contexto sociocultural em que esse sujeito está inserido), transmitidas e veiculadas pelo outro (Laplanche, 2015) são o alicerce para a constituição narcísica.

No caso de Cecília, como vimos, essas mensagens foram marcadas por um olhar desqualificatório dirigido ao seu gênero, a sua raça e a sua classe. É através desse movimento de reapropriação da herança simbólica, da retradução dessas mensagens iniciais que lhe foram impostas, que ocorre a possibilidade de transformação de seus movimentos identificatórios e a abertura de novas possibilidades de investimento em si mesma. Momento que ela desconstrói as imposições de gênero, a desqualificação da pobreza e se apropria da sua identidade racial. É no campo da intersubjetividade que isso se desenrola, ou seja, nas possibilidades de troca e vínculo com o outro, trocas que sugerimos ser mediadas pelos **auxiliares de tradução**.

Para tentarmos avançar nessa discussão, a noção de auxiliares de tradução será fundamental para compreendermos de que forma isso é possibilitado, bem como impulsiona esse movimento de retradução das mensagens enigmáticas. Laplanche (2015) destaca que a criança não traduz do nada as mensagens que lhe são transmitidas desde o início da vida. Conforme já dito, há um comprometimento da mensagem pelo inconsciente do adulto e é isso que lhe confere seu caráter enigmático. Para dar conta da tradução dessas mensagens, sempre parcialmente, a criança deve recorrer a códigos tradutivos. Trata-se de uma discussão centrada na relação adulto/criança (LAPLANCHE, 2015) em que a criança recorre aos códigos fornecidos pela cultura, pelo contexto em que ela está inserida. Cabe destacar a colocação do próprio Laplanche (1992) no que tange à necessidade de recorrer a novos códigos como auxiliares de tradução:

Confrontado pelas mensagens do adulto comprometidas pelo inconsciente, logo, enigmáticas, intraduzíveis somente pelos meios dos códigos relacionais que tem a sua disposição (códigos auto conservativos), o infans deve recorrer a novos códigos. Mas ele não os inventa a partir do nada. Possui ao seu alcance, muito cedo, por seu meio cultural geral (e não unicamente familiar), códigos, esquemas narrativos pré-formados. Pode-se falar aqui de uma verdadeira ajuda a tradução proposta pela cultura ambiente.

Dessa forma, diante das mensagens transmitidas pelo adulto, a criança se vê impelida à tradução, a busca por construir uma “teoria”, uma significação para o que vivencia. Os códigos simbólicos que possibilitam tal tradução são transmitidos em sua maioria pelo próprio adulto e estão articulados ao contexto sociocultural em que adulto e criança estão inseridos. Nesse sentido, são esses códigos disponibilizados pela cultura que irão atuar como verdadeiros ajudantes no processo tradutivo das mensagens enigmáticas transmitidas pelos cuidadores (LAPLANCHE, 2015).

O que gostaríamos de propor tendo como alicerce essa noção de “auxiliares de tradução fornecidos pela cultura” (LAPLANCHE, 2015) é a possibilidade de retradução das mensagens enigmáticas que foram transmitidas à Cecília. Retradução porque essas mensagens, ao menos parcialmente, já tinham sido traduzidas pelas formas de investir, isto é, pelos códigos tradutivos também transmitidos pelos cuidadores. Esse encontro com novos códigos fornecidos pela cultura, mas novamente veiculadas na relação com o outro, possibilitaram um movimento de “fazer trabalhar” essas mensagens, movimento de reorganização narcísica.

Na história de Cecília, podemos pensar como auxiliares de tradução: o encontro com a temática do feminismo, mediado pelo vínculo com uma mulher branca na universidade; o encontro com o Movimento Negro, mediado pelo estabelecimento de uma nova amizade/vínculo; a possibilidade de acesso a livros, na biblioteca pública, posto que os livros contêm elementos da cultura; o centro cultural de sua cidade, como nova forma de se ver e projetar no futuro, através da inclusão.

Nesse sentido, é um movimento de retradução que está em jogo, a partir dos ajudantes de tradução, sugerido por Laplanche (2015) enquanto códigos disponibilizados pela cultura e transmitidos na relação com o outro. Tais códigos fornecidos pela cultura podem ser pensados como algo que impele a retradução de mensagens traduzidas a partir de códigos que estruturam nossa sociedade e que reproduzem uma lógica de violência.

Tendo isso em vista, buscarei destacar a seguir as narrativas que melhor evidenciam esse processo de retradução das mensagens proporcionado pela inserção em novos espaços da cidade, espaços em que ela se sentia incluída, construindo novos vínculos e possibilidades identificatórias. Chamava-me a atenção a forma com que Cecília fazia exploração dos espaços públicos, em especial, a biblioteca pública de São Paulo e o centro cultural de sua cidade.

Na experiência subjetiva de Cecília, após começar esse movimento de reapropriação da herança enquanto ainda morava com os pais, ela se depara com novos códigos através da Biblioteca Pública de São Paulo.

No Centro Cultural tinha um espaço de doação de livros e aí a gente ficava ali caçando livros pra levar pra casa. A gente achou um em específico que era muito bom, que é muito bom, porque tenho até hoje, um livro de fotografias e desenhos, se chama *Mulheres no mundo*, um fotógrafo que eu não lembro qual o nome dele agora, mas ele saiu fotografando várias mulheres de vários países ao redor do mundo e é um livro muito bonito na verdade, elas contam partes da história dela, aí tem mulher de todo tipo de jeito, de todo tipo de crença, todo tipo de querer, é incrível (Trecho de entrevista com Cecília).

Podemos pensar o encontro com esse livro como exemplar do encontro com novos códigos culturais que possibilitam novas traduções das mensagens enigmáticas que a constituíram, mensagens marcadas pelas imposições e violências de gênero, raça e classe. Esses códigos culturais, funcionando como verdadeiros ajudantes de tradução (LAPLANCHE, 2015) mostraram a Cecília que há várias formas de existência e de ser mulher no mundo.

Além disso, podemos pensar que Cecília identificou-se com as fotos dessas mulheres. A identificação implica, conforme mencionamos anteriormente, um processo psíquico no qual ocorre a aproximação e/ou incorporação das qualidades/atributos do objeto amado (LAPLANCHE; PONTALIS, 2000). Os novos códigos culturais, funcionam como ajudantes de tradução (LAPLANCHE, 2015), veiculados por novas experiências nos espaços públicos mediadas por vínculos significativos construídos a partir delas.

Tal processo de identificações e encontro com novos olhares sobre si, são notados também na sua inserção no centro cultural de sua cidade, quando tinha 17 anos. Nesse centro cultural de sua cidade, Cecília passa a tocar um instrumento musical. Na inserção desse espaço, ela sentia-se incluída e parece ter propiciado

novas formas de olhar para si mesma e estar no mundo. A seguinte passagem parece nos indicar isso:

“ Eu assistia também filme no Centro Cultural, eu gostava muito de sair com minha irmã para ir no Centro Cultural, porque ela tocava, como é mesmo, ah, violão celo e eu estudava trompa, foi um ano só, foi em 2017 que a gente começou, mas foi uma época muito boa porque, era maravilhoso na verdade Era um momento muito bom, de estar ali, eu adorava o maestro eu gostava das pessoas que faziam parte da Banda eu me sentia muito importante, com significado estar ali sabe, era muito interessante (Trecho de entrevista com Cecília).

Tal processo de encontro com novos códigos fornecidos pela cultura, através da inserção no Centro cultural e possibilidade de vínculo e inclusão, propomos que impulsionou o processo de retradução das mensagens enigmáticas. Tal reapropriação subjetiva através da retradução de mensagens, tiveram continuidade através da criação de vínculo e troca de Cecília, agora no espaço da Universidade, ainda na fase da adolescência.

A Alice, **ela é uma mulher branca de classe média**, mas só que ela me ajudou muito a me entender como mulher sabe. Ela vivia o feminismo sabe, no seu modo de conviver com as pessoas, de falar, de... existir e isso me inspirou muito porque até então, dentro da universidade, eu não tinha muito contato com pessoas que viviam a causa feminista de uma forma assim cotidiana sabe, e sem problematizar as coisas a todo instante... **ela sempre demonstrava a partir das ações dela e eu me identifiquei com aquilo sabe, eu me identifiquei naquele modo de viver** (Trecho de entrevista com Cecília).

Cecília passa a ter contato na universidade com a produção científica feminista. Esse contato é mediado pelo vínculo com Alice, que descortina novas possibilidades identificatórias. No caso de Cecília, podemos compreender essa possibilidade de criação de novos vínculos e identificações devido ao acesso à universidade mediado por novas relações, trocas e olhares do outro. Isso nos indica a importância do ingresso da população negra nas universidades, fruto da luta do Movimento Negro, que vem reivindicando seus direitos. Dessa forma, o campo da educação foi uma conquista nos últimos anos, dado o ingresso da população negra no ensino superior através de políticas públicas de ações afirmativas. Destaca-se que a possibilidade de acesso é acompanhada pelo encontro desses novos códigos fornecidos pela cultura, o qual denominamos de auxiliares de tradução (LAPLANCHE, 2015). Esse encontro com novos códigos fornecidos pela cultura, transmitidos e mediados na relação com o outro, possibilitam gradualmente uma reorganização narcísica através da retradução das mensagens iniciais.

Para Laplanche (2015), conforme já mencionado, a criança deve recorrer a novos códigos presentes, enquanto esquemas narrativos fornecidos pelo meio cultural. No caso de Cecília, podemos pensar que esses esquemas narrativos advindos do feminismo e movimento negro, enquanto códigos culturais mediados e transmitidos na relação e troca com o outro, funcionam como reativadores das primeiras traduções e códigos fornecidos pelos cuidadores. Essa reativação, possibilitou a retradução das mensagens enigmáticas, marcadas pela intersecção das dimensões de classe, raça e gênero, ou seja, pela sua condição enquanto uma menina negra e pobre, transmitidas ao longo de sua infância e adolescência, pelos cuidadores, escola e mulher branca patroa da mãe. Os novos códigos fornecidos pelo feminismo e movimento negro, enquanto produção cultural, fizeram trabalhar o próprio reservatório de mensagens sobre o que significa ser mulher negra e pobre.

Quando eu cheguei aqui tive contato com um garoto, ele é ativista do movimento negro e ele tava conversando com uma garota preta sobre racismo e eu falei pra ele “qual a sensação de sofrer racismo?” Eu não quero que você me leve a mal mas eu nunca sofri racismo! Eu aleguei isso em março de 2018, “eu nunca sofri eu não sei como é, qual a sensação o que acontece?” e aí ele me explicou, mas ele percebeu que tinha algo errado né, como assim, olha pra essa garota, só tem a pele mais clara, é impossível não ter sofrido, e aí ele começou a falar comigo sobre. Eu comecei a questionar muito sobre quem eu era...ele disse “ah você é preta apesar de ter pele mais clara, olha pra você, nariz largo, boca grande, olhos grandes”, e... aí eu entendi...não imediatamente... mas entrei em conflito comigo mesma (Trecho de entrevista com Cecília).

Essa passagem ilustra o momento no qual Cecília se depara, através do encontro com o outro, com sua identidade enquanto preta. Isso corrobora com nosso postulado anterior de que havia uma negação/apagamento de sua negritude, negação enquanto mecanismo psicológico comum na dinâmica das famílias inter-raciais como a dela (SCHUCMAN, 2017). Tal apagamento de sua negritude reverberou na sua não identificação enquanto negra, até o momento do ingresso na universidade no qual depara-se com novos olhares que reconhecem sua negritude.

A partir desse encontro com Marcelo e das trocas e conhecimento que começa a acessar, Cecília passa a reconhecer sua negritude, questionar suas origens étnico-raciais e, gradualmente, apropria-se subjetivamente da sua identidade racial.

Ele milita de um jeito muito interessante, que não é só acusando e apontando erros nas pessoas mas também ensinando pra elas diariamente sabe, **conviver com o Mateus é ter aulas todos os dias** [sorriso], nesse sentido

ele me ajudou muito, ele me apoiava em muitos momentos que eu falava sobre minha família enfim, **ele foi primordial nesse sentido, ele me ajudou a me conhecer como mulher preta** (Trecho de entrevista com Cecília).

Podemos pensar que as novas informações que esse outro trouxe à Cecília são esquemas fornecidos pelo meio cultural, atuando como verdadeiros ajudantes da retradução das mensagens (LAPLANCHE, 2015), mensagens enigmáticas que foram marcadas pela negação de sua raça, que permearam as formas de investir dos cuidadores. O movimento negro enquanto produção sociocultural, nesse caso, pode ser pensado como esquema narrativo que transmitiu à Cecília, através da relação e encontro com Marcelo, novos códigos que permitiram a reapropriação de sua identidade racial enquanto negra.

Além dos aspectos mencionados até aqui, na universidade pública, Cecília teve a possibilidade de estabelecer vínculo com outras pessoas cujas realidades socioeconômicas são parecidas com as suas. Ou seja, a possibilidade de compartilhar experiências semelhantes propiciou a retradução de mensagens sobre o que significa ser pobre: “ao mesmo tempo que eu me sinto... **me sinto identificada com ela**, porque ela também é pobre, e **ela também passou por constrangimentos** que eu também passei na vida.”

No compartilhar de experiências em relação a ser pobre e na possibilidade de identificação com vivências semelhantes, podemos pensar que ocorre a reativação das traduções iniciais (LAPLANCHE, 2015), marcadas pelo olhar desqualificador dirigido à pobreza.

Novamente ela fala da importância de estabelecer vínculo e troca com outros que vem de uma realidade socioeconômica parecida com a dela:

Ele também estava em um momento parecido, em que estava tendo problemas de crise e a gente se encontrou nesses momentos. O Lorenzo, **ele também é de uma família pobre... ele também passou por constrangimentos semelhantes que eu**, por questões e problemáticas semelhantes que eu (Trecho de entrevista com Cecília).

Podemos compreender, a troca e vínculo com o outro, como construção de um arcabouço simbólico que perdura ao longo de toda vida do sujeito, transformando e enriquecendo as possibilidades identificatórias e de redirecionamento do pulsional, processo que é denominado por Birman (2016) como gestão pulsional.

As formas de encaminhamento do pulsional estão estritamente ligadas aos recursos simbólicos que o Ego dispõe para lidar com adversidades e desafios da vida. Os recursos simbólicos são construídos a partir das trocas e vínculos com o outro que propiciam o enriquecimento simbólico do Eu. No caso de Cecília, podemos pensar que seu ingresso na universidade foi marcado por esse enriquecimento simbólico. Um dos aspectos que sugerimos como essencial nesse processo foi a presença dos ajudantes de tradução, enquanto códigos fornecidos pela cultura. Esses códigos culturais, veiculados a partir da relação com outras pessoas, fizeram trabalhar o reservatório de mensagens a serem retraduzidas.

A possibilidade de retradução das mensagens enigmáticas acerca do ser **mulher negra e pobre** transmitidas pelos cuidadores, escola e madrinha branca podem ser melhor apresentadas nas narrativas a seguir, na qual se percebe esse movimento de reapropriação subjetiva e transformação dessa herança simbólica. Mais uma vez, vale lembrar que essa possibilidade de reapropriação subjetiva, é impulsionada pelo acesso aos espaços citados, pela sua inserção no Centro Cultural, biblioteca pública e Universidade. Esses acessos oportunizaram o encontro com novos códigos, simultaneamente ao encontro com o outro e criação de novos vínculos. Podemos pensar que funcionam como reativadores das primeiras simbolizações (LAPLANCHE, 2015) e como ajudantes desse movimento de retradução.

O encontro com sujeitos da mesma realidade social, bem como a troca de experiências e identificações com esses sujeitos possibilitaram a desconstrução dos códigos tradutivos transmitidos pelas figuras parentais. O processo de reapropriação subjetiva e transformação dessa herança simbólica que foi transmitida é realizada pelo sujeito, através da troca com o outro para além do círculo familiar (SAVIETTO, 2006), em especial no momento da adolescência. Isso nos conduz a considerar o papel ativo do sujeito na apropriação da herança simbólica e construção da subjetividade, que, além disso, possibilitará ao ego novos recursos de simbolização e novas possibilidades de encaminhamento do pulsional.

Até hoje tento desconstruir isso, eu converso muito com meu amigo Luciano, que a nossa realidade também é muito parecida de família, de vergonha, e **até hoje é muito difícil** sabe, **descobrir que é ok, tudo bem, não ter uma casa de dois andares**, que você pode conviver com isso (Trecho de entrevista com Cecília).

Nessa passagem podemos observar a desconstrução a partir do encontro e troca com o outro. Ainda, Cecília destaca o quão difícil é reapropriar/transformar a herança que lhe foi transmitida. Em um viés psicanalítico, podemos compreender tal dificuldade na discussão de Savietto (2006), a qual aponta que o desinvestimento das figuras parentais e todo arcabouço simbólico que transmitiram, em especial na adolescência momento no qual Cecília ingressa na universidade, contribui para a fragilização narcísica do sujeito.

Tal fragilização narcísica ocorre porque foram os cuidadores que inventaram narcisicamente o sujeito (SAVIETTO, 2006). Isso porque foi através dos olhares, gestos e formas de investimento físico-emocional que permitiram, gradualmente, a estruturação psíquica e constituição narcísica. Esse momento de desconstrução de sentidos pode ser pensado como acompanhado de um estado, em termos intrapsíquicos, de aumento temporário do reservatório de mensagens a serem retraduzidas (LAPLANCHE, 2015).

Tal processo pode ser observado na situação analítica, contudo, esse movimento de desconstrução, que ao mesmo tempo pressupõe esse enriquecimento do reservatório de mensagens a serem retraduzidas, não se restringe ao espaço clínico- analítico. Propomos que é algo também impelido pela troca com o outro e pelo encontro com novos códigos culturais. É isso que parece ocorrer com Cecília a partir do contato com esses espaços de enriquecimento cultural e dos vínculos que eles possibilitaram.

Tal narrativa vem corroborar com nossas construções/postulações teóricas. Na passagem a seguir, ela refere-se ao sentimento de vergonha que lhe foi transmitido pelos cuidadores em alusão a ser pobre: “Hoje eu não tenho mais aquela vergonha que eles me passaram sabe, então... para mim não faz sentido nenhum hoje, mas para eles faziam todo sentido.” Podemos perceber que Cecília se apropria da herança simbólica recebida construindo novas possibilidades tradutivas para ela.

O mesmo movimento de reapropriação/transformação subjetiva é indicado na passagem a seguir, na qual pontua seu distanciamento com a mãe em relação ao que significa ser mulher e fazer a vida.

Eu procuro ser uma pessoa que **não que faz as vontades dela** como uma criança, que vai dar o doce pra ela ficar quieta, mas que **vai provar que dá pra fazer de outra forma, sabe, eu me imagino** assim no futuro, sabe sendo uma **pessoa muito bem sucedida e mostrando pra ela que não tem só**

um jeito de se fazer a vida, mulheres podem ser autônomas (Trecho de entrevista com Cecília).

Conforme mencionado anteriormente, ao deparar-se com novos códigos culturalmente fornecidos mediados por vínculos significativos, Cecília começa um processo de desconstrução/destratificação e de retratificação das imposições de gênero que lhe foram transmitidas.

O apagamento/negação da sua identidade racial enquanto negra, parece ter ocorrido através das formas de investimento físico emocional dos cuidadores. Tal dinâmica psíquica marcada pela negação é bastante comum em famílias inter raciais, aspecto indicado por Schucman (2017) nos seus estudos de caso. Isso reverberou, em termos de repercussão psíquica, em uma não identificação com a negritude por parte de Cecília. Ela não se identificava como preta, não se apropriou, em termos de representação psíquica. A sua constituição narcísica foi marcada pela negação e apagamento de sua identidade racial, reproduzindo uma lógica social que impera em alusão a negação da negritude.

Esse efeito psíquico de apagamento, que se desenrolou gradualmente através das formas de investimento físico-emocional, impregnadas do apagamento de sua identidade negra, foram gradualmente sendo transformados no encontro com a temática do racismo. Tal encontro foi possível pelo acesso à universidade, espaço privilegiado portador de novos códigos culturalmente fornecidos.

Contudo, essa experiência de deparar-se/olhar para si mesma enquanto negra, ocorre pelo olhar de um outro, nesse caso, um amigo. Se é a partir do outro que nos constituímos psiquicamente (LAPLANCHE, 1988) que somos inventados subjetivamente (SAVIETTO, 2006) é no encontro com novos olhares que uma reinvenção, reorganização é possível. No caso de Cecília, esses novos olhares e sentidos trazidos por eles vieram acompanhados por um “susto”. A partir deles, Cecília começa a enxergar um aspecto que lhe foi apagado/negado ao longo de sua constituição narcísica inicial: sua negritude.

Tal apagamento que lhe foi imposto pode ser compreendido como reflexo de uma dinâmica social marcada pelo aniquilamento da identidade negra. A reapropriação subjetiva de sua constituição identitária enquanto negra ocorreu gradualmente. Mas, podemos pensar o momento que é reconhecida como negra por um outro como o fio condutor ou como reativador dessas mensagens que negavam sua negritude, instalando um conflito, conforme termo indicado em sua narrativa. Tal

conflito psíquico que se instaurou a partir desse novo olhar impulsionou Cecília a buscar compreender sobre suas origens étnico-raciais. Na busca de suas origens, simultaneamente a leituras que realizou sobre a temática do racismo, ocorre gradualmente a possibilidade de destruição/desconstrução de códigos iniciais marcados pelo apagamento de sua negritude.

A seguir, uma narrativa que vem corroborar com nossas construções sobre esse movimento de reapropriação e reconhecimento de sua identidade racial.

Eu acho que foi libertador me autodeclarar preta por isso, por eu conseguir dizer que sim, eu sofro racismo e posso reclamar disso e que as pessoas não devem duvidar da minha etnia e do que for (Trecho de entrevista com Cecília).

É nesse movimento subjetivo marcado pela transitoriedade e dialética da dinâmica psíquica, através da destruição/desconstrução de códigos iniciais, que ocorre um estado de enriquecimento temporário do reservatório de mensagens a serem retraduzidas (LAPLANCHE, 2015) conforme mencionamos.

Sugerimos que os ajudantes de tradução, enquanto códigos fornecidos pela cultura, pelo contexto sociocultural mediados pela vinculação com um outro (LAPLANCHE, 2015) atuam como verdadeiros impulsionadores deste movimento de retradução das mensagens enigmáticas transmitidas pelos cuidadores e que estruturam o eu. Isso se dá sempre em conjunto com o campo da intersubjetividade, na relação com o outro e na possibilidade de criação de novos vínculos e identificações.

Além disso, o acesso a determinados espaços que permitem novos códigos culturais, como a universidade e espaços públicos, foram primordiais na reapropriação subjetiva de Cecília, movimento de transformação narcísica. Tal transformação se dá a partir de uma reorganização narcísica, da construção de novas possibilidades identificatórias, novas possibilidades de investimento em si mesmo e no outro e isso se articula intimamente com a tomada de consciência do sujeito sobre sua própria realidade social, econômica e política.

7 Considerações Finais

As construções e interpretações realizadas ao longo desse trabalho, que versam sobre a história de vida de Cecília, tem como alicerce suas narrativas em articulação com os pressupostos teóricos da teoria psicanalítica. Contudo, conforme já mencionado, tratam-se de construções sempre parciais e provisórias, apresentadas como possibilidades de se pensar aspectos que atravessaram a constituição narcísica de Cecília. A própria concepção de sujeito em Psicanálise, parte da premissa dessa transitoriedade, na medida em que ele dá forma à sua própria experiência e teoriza sobre si mesmo. Tal especificidade pressupõe a chance de uma reorganização narcísica constante ao longo de toda a vida, sendo possibilitada de forma gradual e tendo como principal dispositivo as possibilidades de acesso a novos códigos tradutivos mediadas pelo vínculo e troca com o outro.

Ao longo da elaboração desse estudo, pudemos concluir que a classe social à qual o sujeito pertence, assume um aspecto importante nas possibilidades de enriquecer os recursos simbólicos do Ego. Isso não se dá de forma natural, mas pelas oportunidades de acesso a diferentes espaços privilegiados. Esses espaços, cheios de novos códigos fornecidos pela cultura, podem ser capazes de propiciar a desconstrução de traduções iniciais fornecidas. Podem atuar como novas referências para o sujeito, ampliando suas formas de se ver a si mesmo, o outro e o mundo.

No que concerne a experiência subjetiva de Cecília, alguns espaços marcados por códigos culturais foram primordiais para que essa reapropriação subjetiva ocorresse, por conseguinte, a retradução de mensagens iniciais que lhe foram impostas. Isto possibilitou que gradualmente fossem se desconstruindo as formas que ela investia a si mesma, enquanto mulher, preta e pobre. A transformação e/ou retradução de elementos que apontamos como pilares na constituição narcísica de Cecília, se deu de forma gradual, mas principalmente, pela possibilidade de inclusão em certos espaços como o Centro Cultural, a Biblioteca Pública de São Paulo e a Universidade Federal. Tais espaços foram marcados pelo encontro com o outro, pela criação de novos vínculos e identificações.

A criação de novos vínculos e modelos identificatórios, diferentes dos modelos e formas de investir das figuras parentais, funcionaram como novos elementos, qualidades e atributos a serem admirados e idealizados no outro. Nesse sentido, podemos pensar em um remanejamento gradual dos ideais que alicerçaram a

formação do seu Ideal de Ego. Contudo, não podemos deixar de pôr em relevo que essas marcações iniciais, ou feridas narcísicas, seguem representando um desafio na vida cotidiana de Cecília. A intelectualidade é um dos pilares que alicerçam a constituição do seu Ideal de ego e reverbera em sentimentos de inferioridade e insegurança intelectual constante. Além disso, outro aspecto que corrobora com tais efeitos psíquicos, é a desvalorização que marcou as formas de investimento físico afetivo do pai. Propomos que a violência de gênero pode estar na base da invalidação constante que estava exposta bem como das acusações de cunho sexual.

Por fim, sobre as perspectivas que se abriram para pensarmos a dinâmica psíquica de sujeitos pobres e negros, podemos pensar no papel ativo do sujeito na reapropriação da herança simbólica que lhe foi transmitida e imposta pelo contexto no qual se constituiu. Contudo, esse papel ativo que pressupõe uma verdadeira reorganização narcísica, é impulsionado pelo acesso a espaços que comportam uma diversidade de novos códigos culturais. No caso de Cecília, sua inserção e possibilidade de acesso em espaços públicos como: Centro Cultural de sua cidade, Biblioteca Pública de São Paulo e a Universidade.

A história de Cecília nos indica que não é possível restringirmos a dinâmica psíquica de pobres e negros a uma lógica traumática e economicista do aparelho psíquico. Os estudos psicanalíticos que propõem, a *priori*, a pobreza psíquica como resultado da pobreza econômica, acabam reproduzindo uma lógica social dominante alicerçada na importância dos bens materiais e econômicos, relegando exclusivamente às possibilidades de consumo, como formas que alicerçam a constituição subjetiva. Cecília nos mostra a riqueza e a complexidade da dinâmica psíquica de uma mulher negra e pobre, evidenciando que não podemos associar de forma generalizada a situação de pobreza a uma suposta “pobreza psíquica”. Nessa perspectiva, é preciso pensarmos de maneira complexa os desdobramentos psíquicos da pobreza e do racismo, por meio da articulação entre a história singular e o contexto do sujeito.

Referências

- ABUD, Cristiane Curi; KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da. **O racismo e o negro no Brasil: Questões para a Psicanálise.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2017, 302 p.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil.** Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais/ Fundação Cultural Palmares, 2006. 315 p.
- ANDRADE, Mário de. Prefácio. In: CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1º edição, 1978, p. 2-11, 69 p.
- AZEVEDO, Uly Castro de; COSTA, Duane. Das senzalas às favelas: Por onde vive a população negra brasileira. **Revista Socializando**, [online], v. 3, n. 1, p. 145-154, 2016.
- BASTOS, Liana Albernaz de Melo. **Exclusão social: aspectos traumáticos da violência contemporânea.** Revista Brasileira de Psicanálise, São Paulo, v.39, n.4, p. 57-60, 2006.
- BASTOS, R. S. **Minidicionário da Língua Portuguesa.** Caxias do Sul: Culturama, 2016. 328 p.
- BELO, Fábio. **Psicanálise e racismo: interpretações a partir do Quarto de Despejo.** Belo Horizonte: Relicário, 2018, 277 p.
- BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação.** 11ª edição. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CARVALHO, Felipe Mio; MOTERANI, Geisa Maria B. Misoginia: **A violência contra a mulher numa visão histórica e psicanalítica.** Avesso do Avesso: Revista da Fundação Educacional Araçatuba, Araçatuba, v. 14, n.14, p. 167-178, 2016.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1º edição, 1978, 69 p.
- CHAVES, Luiz Antônio da Costa. **Algumas considerações sobre a história afro-brasileira.** Revista Augustus, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 118-127, 2012.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 1ª edição, 2016, 248 p.
- DOCKHORN, Carolina M. de B. Falcão; MACEDO, Mônica M. Kother. (2015). **Estratégia clínico interpretativo: Um recurso para a pesquisa psicanalítica.** Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 31, n. 4, p. 529-535, 2015.

FACHIM, Felipe Luis; MANDELBAUM, Belinda; SCHUCMAN, Lia Vainer. **Minha mãe pintou meu pai de branco: Afetos e negação da raça em famílias interracialis.** Ciências Humanas UFSC: Revista de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina - SC, Florianópolis, v. 51, n. 2, p. 439-455, 2017.

FANON, Frantz. **Peles negras, Máscaras Brancas.** Editora UFBA: Salvador, 2008. 222 p.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio; MINERBO, Marion. **Pesquisa em Psicanálise: Algumas ideias e um exemplo.** Jornal de Psicanálise, [online], v. 39, n. 70, p. 257-278.

FREUD, Sigmund. **À guisa de introdução ao narcisismo.** In:_____. Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2004. p. 95-131.

GARCIA JR, Carlos A. Severo; MAHEIRE, Kátia; TONIAL, Felipe A. Leques. **A resistência à colonialidade: definições e fronteiras.** Revista de Psicologia da UNESP, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 18-26, 2017.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações raciais.** Revista Tempo Social, [online], v. 26, n.1, p. 61-73, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil: Estudos e pesquisa.** Brasília: Informação demográfica e socioeconômica, n. 41, 2019.

KEMPER, Maria Lenz Cesar. **Invisibilidade, identidade e laço social na contemporaneidade: sobre a exclusão nas esferas psíquicas e sociais.** Cadernos de Psicanálise, Rio de Janeiro, v. 35, n. 29, p. 105-125, 2013.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais.** Revista Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 86, p. 93-103, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244 p.

LAPLANCHE, Jean. **A teoria da sedução generalizada e outros ensaios.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

_____. **Novos fundamentos para a Psicanálise.** São Paulo: Martins Fontes, 1992. 173f.

_____. **O Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006.** Porto Alegre: Dublinense, 2015. 320f.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário de Psicanálise.** São Paulo: Martins Fontes, 2000, 322 p.

MACÉ, Marielle. **Siderar, Considerar - Migrantes, formas de vida.** Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2018, 68 p.

MACEDO, Mônica Kother.; SILVA, Clarice M. **O Método Psicanalítico de Pesquisa e a potencialidade dos fatos clínicos**. Revista Psicologia: Ciência e profissão, [online]. v.36, n.3, p. 520-533, 2016.

MARQUESE, Rafael. **A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias**. Revista Novos Estudos CEBRAP, [online], n. 74, p. 107-123, 2006.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, [online], v. 32, n. 94, p. 2-18, 2017.

MOORE, Carlos. **A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2ª Ed, 2010.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: ABUD, Cristiane Curi; KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da. (Orgs.) **O racismo e o negro no Brasil: Questões para a Psicanálise**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017, p. 33, 302 p.

NOGUEIRA, Isildinha B. **Significações do corpo negro**. 1998. 146f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Faculdade de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

ROSA, Miriam Debieux. **Uma escuta psicanalítica das vidas secas**. Textura: Revista de Psicanálise. São Paulo, n. 2, p. 1-13, 2002.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Edusp, 3ª edição, 2010, 136 p.

_____. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

_____. **Ser negro no Brasil hoje. Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 mai. 2000. Mais, [online].

SAVIETTO, Bianca Bergamo. **Adolescência: Ato e atualidade**. 2006. 90f. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) - Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, Jessé. **Raça ou Classe? Sobre a desigualdade brasileira**. Lua nova, São Paulo, 65: 43-69. 2005

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava-jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017, 140 p.

_____. **A ralé Brasileira: Quem é e onde vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, 512 p.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Graal, 2. Ed, 1983. 87 p.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA; Bader (org). **As Artimanhas da Exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2ª Ed, 2001. 157 p.